



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Riquelmo Bedin

Chave de Autenticação Digital
2531-6588-737

Página
1 / 1



Solicitação de Compra/Contratação

Número: 623/2020

Emissão: 19/03/2020

Situação: Liberada

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Centro de custo: 0002.0001.0014 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Descrição: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, TENDO EM VISTA A AMPLIAÇÃO NO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A ABERTURA DE NOVOS SERVIÇOS.

Despesas

Despesa	Fonte de recurso	Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
291 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 339000 - Aplicações Diretas	1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica	1,00	0,00

Itens

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	200,00000	CAIXA	102226 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH07, LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. G. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	0,00000	0,00
2	1.000,00000	CAIXA	102235 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, ph 07 TAM M LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. M	0,00000	0,00
3	1.600,00000	CAIXA	102238 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. P. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	0,00000	0,00
Total geral (R\$)					0,00

Valdecir José Miotto

Diretor de Administração, Finanças e Infraestrutura

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ordenador de despesa



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Kislá Zamignan

Chave de Autenticação Digital
1892-6671-101

Página
1 / 1



Solicitação de Compra/Contratação



Número: 560/2020

Emissão: 17/03/2020

Situação: Liberada

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Centro de custo: 0002.0001.0014 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Descrição: AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTO PARA ABASTECIMENTO EMERGENCIAL DO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Despesas			Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
Despesa	Fonte de recurso			
291 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 - 339000 - Aplicações Diretas	1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica		0,00	0,0
Itens			Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	
1	200,00000	CAIXA	102226 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH07, LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. G. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	0,00000
			Complemento do item: CAIXA COM 100 UNIDADES.	
2	1.000,00000	CAIXA	102235 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, ph 07 TAM M LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. M	0,00000
			Complemento do item: CAIXA COM 100 UNIDADES	
3	1.600,00000	CAIXA	102238 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. P. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	0,00000
			Complemento do item: CAIXA COM 100 UNIDADES	
			Total geral (R\$)	0,0

Valdecir José Miotto

Diretor de Administração, Finanças e Infraestrutura

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ordenador de despesa

**Memorando 8.456/2020**Assunto: **SOLICITAÇÃO DE LUVAS**

Chapecó/SC, 17 de Março de 2020

Boa tarde! Conforme orientação do setor de compras da Prefeitura, através do Riquelmo, estamos enviando uma solicitação de luvas de procedimento para uma compra de emergência para abastecer o almoxarifado por aproximadamente um mês. Segue os itens e quantidades:

- Luva Tam. Grande - 200cx cod.:102226;
- Luva Tam. Medio - 1.000cx cod.: 102235;
- Luva Tam. Pequeno - 1.600cx cod.: 102238

obs.: Devido o almoxarifado estar com a coordenadora de férias, solicitamos que o pedido seja digitado no pública e enviado ao setor de compras da Prefeitura com a máxima urgência, pois estamos com os ESTOQUES ZERADOS!

Att, Janice

Janice Zagonei
auxiliar de enfermagem

Prefeitura Municipal de Chapecó - Av. Getulio Vargas, 957S CEP 89812-000 • 1Doc • www.1doc.com.br
Impresso em 17/03/2020 13:47:27 por Kísla Zanignan - ANALISTA ADMINISTRATIVO (matrícula 78539)

"A verdadeira motivação vem de realização, desenvolvimento pessoal, satisfação no trabalho e reconhecimento." - *Frederick Herzberg*



Orçamento Compras <orcamento@chapeco.sc.gov.br>

**solicitação de orçamento**

1 mensagem

Orçamento Compras <orcamento@chapeco.sc.gov.br>

19 de março de 2020 13:30

Para: BALLKE FILIAL CHAPECO <lojachapeco@ballke.com.br>

Cco: Marquinhos - Altermed <marcosdaniel@altermed.com.br>, gesse.sc@somahospitalar.com.br, contato.mbr@hotmail.com, Casa Cirurgica - Vendas1 <vendas1@cirurgicasc.com.br>, casacirurgica@cirurgicasc.com.br, Pro Cirurgica <procirurgicacco@gmail.com>, Paulo Prochnow <vendas@rioclarense.com.br>, DIME@dime.med.br, Ivonir Deoti <comercial@dalbex.com.br>, Dental Show <dentalshow@hotmail.com>, vendaspublicas@dentalmedsul.com.br, vendas@diprohl.com.br, Licitações - Biodente <LICITACOES@biodente.com.br>

Boa tarde,

Anexo pedido de orçamentos para compra direta com entrega imediata. Poderá ser contado quantitativo menor ao informado no orçamento. Caso não haja nenhum quantitativo para pronta entrega, favor nos indicar a expectativa de recebimento dos produtos. Previsão de pagamento para 10 (dez) dias, mas poderá ser indicado outro. As autorizações para o fornecimento dos produtos serão liberadas ainda na data de hoje.

--
Atenciosamente,

Diretoria de Gestão de Compras
Prefeitura Municipal de Chapecó/SC
Telefone: 3321-8456

2 anexos**cotação mat enfermagem.docx**
24K**cotação enfermagem.docx**
23K



FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

CORONAVÍRUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/CORONAVIRUS](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus))

Número de mortes por coronavírus na Itália ultrapassa o da China e é o maior do mundo

País europeu agora tem 3.405 mortes, contra 3.249 do asiático; mortes por 100 mil habitantes são 5,7, contra 0,23 na China

19.mar.2020 às 15h03

Atualizado: 19.mar.2020 às 16h50

Ana Estela de Sousa Pinto (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/ana-estela-de-sousa-pinto.shtml>)

BRUXELAS O número de mortes por causa do novo (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus/>) **coronavírus** (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus/>) **na Itália**

ultrapassou o da China nesta quinta (19). Com mais 427 casos em um dia, a Itália tem agora 3.405 mortes. O último dado divulgado pela China foi de 3.249 mortos.

Em número de mortos por 100 mil habitantes, a Itália tem situação muito mais grave que a da China: 5,7, contra 0,23. A média mundial é 0,115 e a da Europa, 0,5 (puxada pelos números italianos). A Espanha registrava 1,3 mortes por 100 mil habitantes na manhã desta quinta, a França, 0,7, e Suíça e Holanda, 0,4.

A Itália é o país mais afetado pela pandemia na Europa, e responde por cerca de três quartos das mortes decorrentes de coronavírus no continente: 4.196 até as 10h desta quinta.

O país é também o segundo em número de casos de infecção no mundo, atrás apenas da China, onde surgiram os primeiros casos, no final de 2019.



O governo italiano colocou o país em quarentena na semana passada, mas isso ainda não conteve o crescimento acelerado tanto de casos quanto de mortes.

Já são 41.035 italianos com contaminação confirmada, um aumento de 14,9% em relação ao dia anterior, a maior alta dos últimos três dias, segundo a agência italiana de proteção civil.

O número de pessoas ainda doentes é de 33.190, dos quais 2.498 estão em estado grave (na quarta, eram 2.257). Recuperaram-se da doença 4.480 pessoas.

Pelos dados divulgados nesta quinta, 8,3% dos casos registrados terminaram em morte, taxa semelhante à registrada na quarta.

Na quarta-feira (18), o país teve alta recorde para um único dia em um país: foram 475 as pessoas que morreram entre terça e quarta, aumento de 19% em um dia. O país tem enfrentado falta de estrutura para atender aos doentes graves, que precisam de aparelho de ventilação e são os mais propensos a morrer.

Em algumas cidades, os hospitais estão lotados, as unidades de terapia intensiva, sem vaga, e os cemitérios e crematórios têm filas de caixões

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/no-norte-da-italia-pacientes-morrem-sem-extrema-uncao-e-cemiterios-tem-filas-de-caixoes.shtml>).

No total, mais de 9.000 pessoas já morreram por causa do coronavírus no mundo, e a Europa já registra maior número de mortes que a China.

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

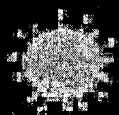
ASSINE A FOLHA ([HTTPS://LOGIN.FOLHA.COM.BR/ASSINATURA/390510](https://login.folha.com.br/assinatura/390510))



ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/numero-de-mortes-por-coronavirus-na-italia-ultrapassa-o-da-china.shtml>

CORONAVÍRUS



Boletim atualizado em SC

	Casos suspeitos:	• 273
	Casos confirmados:	• 21

Saiba mais em: www.coronavirus.sc.gov.br

Situação do coronavírus (COVID-19)
em Santa Catarina em 19/03/2020
Hora da última atualização da Secretaria
do Estado da Saúde: 18h

**SANTA
CATARINA**





PREFEITURA DE CHAPECÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

CORONAVÍRUS – BOLETIM ATUALIZADO – 19/03/2020

Casos suspeitos	09
Casos confirmados	0
Casos descartados	05
Total notificados	14

Para contribuir com as informações oficiais e evitar as fake news, o Portal LeisMunicipais disponibiliza uma página exclusiva que centraliza todo conteúdo legislativo relacionado ao COVID-19



DECRETO Nº 38.652, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria a Comissão de Resposta ao Coronavírus e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO que até a data atual existem 03 (três) casos suspeitos que encontram-se em isolamento residencial e sob monitoramento da Secretaria de Saúde de Chapecó, DECRETA:

Art. 1º Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Chapecó.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI - requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será



garantido o pagamento posterior de indenização justa, disponibiliza uma página exclusiva que centraliza todo conteúdo legislativo relacionado ao COVID-19

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município de Chapecó na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "tabela SUS", quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I - hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II - profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

§ 4º Além das medidas descritas nos parágrafos anteriores, fica determinado:

I - a suspensão das atividades coletivas da Cidade do Idoso, ficando mantido o atendimento em saúde;

II - a suspensão das atividades dos grupos de convivência de idosos e projeto SuperIdade, desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social de Chapecó;

III - a suspensão das atividades dos grupos de atividades de prevenção (Gestantes, Hipertensos, Diabéticos. Núcleos Ampliados de Saúde da Família - NASF), desenvolvidos pela Secretaria de Saúde;

IV - o isolamento de pessoas oriundas do exterior e que tenham passagem por grandes aeroportos nacionais ou internacionais, pelo período de 07 (sete) dias, sob o monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde;

V - o cancelamento ou adiamento de eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração próxima de pessoas), com público estimado igual ou acima de 250 pessoas para espaços abertos e 100 pessoas para espaços fechados.

Art. 3º As medidas mencionadas no art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde.



Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 5º Fica criada a Comissão de Resposta ao Coronavírus, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública.

Parágrafo único. As ações e os serviços públicos de saúde voltados à contenção da emergência serão articulados pela Comissão de Resposta ao Coronavírus em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, e poderão contar com a participação dos demais órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil.

Art. 6º Ficam nomeados para compor a Comissão de Resposta ao Coronavírus:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) MARISTELA BISOGNIN SANTO ROCHA - Secretária de Saúde;
- b) ALDARICE PEREIRA DA FONSECA - Diretora Técnica;
- c) GESSIANI FÁTIMA LARENTIS - Diretora de Atenção à Saúde;
- d) FÁTIMA NEIVA PIOVESAN - Gerente de Vigilância em Saúde;
- e) LEANDRA OLIVEIRA PORTO - Gerente de Atenção Especializada;
- f) LÍGIA SCHACHT - Gerente de Atenção Básica;
- g) DIANE NEGRI - Coordenadora de Vigilância Epidemiológica;
- h) ROGÉRIO DE SOUZA BARCALA - Coordenador do SAMU;
- i) CAROLINE KOLLING - Médica Infectologista.

II - representantes da sociedade civil:

- a) HUGO NOAL - representante do Hospital Regional do Oeste;
- b) CARLA OLDRA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- c) MARCIELE DA FONSECA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- d) JACIRA DE OLIVEIRA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- e) TÂNIA ZUNKOWSKI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- f) JUSTINA LORENZZETTI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- g) MÁRCIO RICARDO RIBOLI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- h) CLEIDI BORTOLOZZO - representante do Hospital Regional do Oeste;
- i) ELISANDRA MIOZZO ZAVODNIK - representante do Hospital Regional do Oeste;
- j) JULIANA SAVARIZ - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- k) MARLEI FACHIN - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- l) DALVA TEDESCO - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- m) CAROLINA PONZI - representante do Hospital Unimed Chapecó.

III - Representantes do Estado de Santa Catarina:

- a) OTILIA CRISTINA RODRIGUES - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó;
- a) MARTA SANTOS - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó;
- c) DEYSE ANGELINI - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó.

Art. 7º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 2º deste Decreto, os órgãos competentes deverão adotar as medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Saúde deverá expedir recomendação e orientação para

implementar as medidas de que trata o art. 2º deste Decreto, bem como expedir Boletim Diário de Informação.



Art. 9º Fica adotado o Plano de Contingência Municipal, a fim de conter a emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar eventual prática de infração administrativa.

Art. 11. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON deverá intensificar as ações orientativas e fiscalizatórias visando coibir a prática de preços abusivos para produtos relacionados à saúde.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º, bem como no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de março de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/03/2020

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.



Portal do Cidadão ▾

IPTU 2020 ▾

Secretarias ▾

Concursos ▾

Ouvidoria ▾



(inicial)

Transparência ▾

Legislação ▾

Diário Oficial ▾

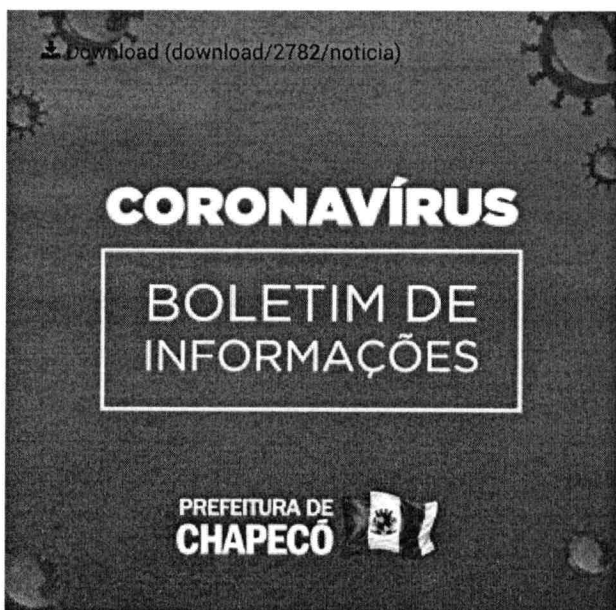
Servidor ▾

Notícias

◀ Voltar

18/03/2020

Saúde: ampliado o horário de expediente



(extranet/thumbnail/resize/800/Noticia/coronavirusboletim_1584560733498.jpg)

da Família - ESF.

O horário de expediente da Secretaria da Saúde, a partir de 19 de março de 2020, nesta quinta-feira, será das 7h às 19h, mediante organização interna, exceto os serviços de Pronto Atendimento da Efapi, UPA 24hs, SAMU, Farmácia Central e da Efapi, Unidade de Acolhimento, CAPS AD e Centros de Saúde da Família que tem somente uma Equipe de Estratégia de Saúde

>>> Confira aqui todos os decretos já emitidos com medidas de Prevenção ao Coronavírus (<https://drive.google.com/drive/folders/1NAnTCBwMfLaGAByyOwjf5htkxBWR0FE3?usp=sharing>)

#saúde (noticias?tag=66) #Coronavírus (noticias?tag=155)

Prefeitura de Chapecó - Av.
Getúlio Vargas, 957S
CEP 89812-000
Fone (49) 3321-8400

(<https://www.facebook.com/prefeituradechapeco/>)

(<https://www.instagram.com/prefeituradechapeco/>)

(<https://twitter.com/prefechapeco>)



SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Orçamento para compra direta

CNP	UNID	OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
200	Caixa	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAMANHO G, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	TAUGE	24,80	4.960,00
1000	Caixa	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAMANHO M, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	TAUGE	24,80	24.800,00
1600	Caixa	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAMANHO P, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	TAUGE	24,80	39.680,00

Frete CIF.

Entrega Imediata

Endereço para entrega: Rua Israel, 1078 D - Bairro Santa Maria

Pagamento: 30 dias após o recebimento

DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 11.101.480/0001-01

Telefone: 47 99121-7799

E-mail: contato.mbr@hotmail.com



Raphaella Duarte
Vendas Públicas

raphaella.duartedms@outlook.com

41 3204-8000 Ramal: 9821
R. Anne Frank, 5241 - Boqueirão
CEP: 81730-010 - Curitiba | PR
raphaella.duarte@dentalmedsul.com.br
www.dentalmedsul.com.br



"As informações contidas neste e-mail e documentos anexos destinam-se exclusivamente aos seus destinatários, estando sob a proteção de sigilo e confidencialidade assegurados no artigo 5º, XII, da Constituição Federal de 1988 e no artigo 7º, II, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), sendo vedada a utilização por terceiros para quaisquer fins de direito. Caso recebam documentos por engano, favor notificar nosso escritório, não se utilizando das informações aqui contidas, sob as penas da lei."

De: "Orçamento Compras" <orcamento@chapeco.sc.gov.br>
Para: "BALLKE FILIAL CHAPECO" <lojachapeco@ballke.com.br>
Enviadas: Quinta-feira, 19 de Março de 2020 13:30:49
Assunto: solicitação de orçamento

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **8474 - Municipio de Chapecó 19.03.2020 (e-mail).pdf**
1136K

Marquinhos - Altermed <marcosdaniel@altermed.com.br>
Para: Orçamento Compras <orcamento@chapeco.sc.gov.br>

19 de março de 2020 15:10

Bom tarde,

Não temos disponibilidade de nenhum item, apenas a luva M, (temos ainda umas 400 e poucas caixas.)

Preço 29,90 Conforme cotação já enviada!!!

Fico a disposição.

--

Atenciosamente,

Marcos Daniel da Silva

Promotor de Vendas
Altermed Mat Méd Hosp Ltda
Fone (47) 3520-9000 (49) 99186-3490 (47) 98845-7868
E-mail: marcosdaniel@altermed.com.br

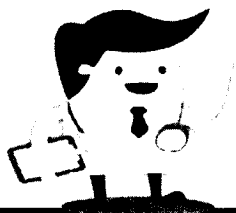
[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos



PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ

PRODUTOS PARA SAÚDE



49 3323-9658
99954-0187
procirurgicacco@gmail.com

CNPJ 17.184.520/0001-02 I.E.: 256.892.113
Rua Lauro Muller, 385 - D | Centro | CEP 89802-520 | Chapecó - SC

PMC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ

CNPJ: 80.636.475/0001-08

A/C Ricardo

ORÇAMENTO

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	500	cx	LUVA PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO M c/100 unidades	R\$ 29,90	R\$ 14.950,00
TOTAL					R\$ 14.950,00

Chapecó, 18 de Março de 2020.



DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 02.477.571/0001-47 IE: 90157214-37
Rua Anne Frank, 5223 - Boqueirão
CEP: 81730-010 Curitiba-PR | Tel: 41 3204-8000
www.dentalmedsul.com.br

PROPOSTA COMERCIAL

CLIENTE/DESTINO	MUNICÍPIO DE CHAPECÓ [8474]	NUMERO	0001197637
ENDEREÇO DE FATURAMENTO	AV GETULIO DORNELES VARGAS - S 957, 957 LETRA S, Bairro: CENTRO, Chapecó (SC)	CEP:	89.812-900
CNPJ/CPF	83.021.808/0001-82	CONTATO NO CLIENTE/TRATADO COM	
TELEFONES	com: 49 3321-8462 fax: 49 3321-8460	ATENDENTE/VELOCIDADE	Fernanda
com: 49 3321-8474 err: 49 3321-8474		REPRESENTANTE	RAPHAELA DUARTE - LICITAÇÕES [318]
FORMA DE PAGAMENTO	TRANSFERÊNCIA 30 dias após a entrega - som. p/ licita.	DATA	19/03/2020
		VALIDO ATÉ	22/04/2020
		MOEDA	REAL (R\$)
		ACRESCIMO FINANCEIRO	0,00000

TRANSPORTADORA		FRETE	
REDESPACHO		DESPACHAR ATÉ	CIF
		HORÁRIO DE ENTREGA	

Pedido sujeito a análise de crédito.

Obs: Imprescindível a conferência dos itens e quantidades incluídas para a liberação do pedido

ITEM	REF.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	NCM	QTDE	VR. UNITÁRIO	TOTAL *DISPONÍVEL Sim/Não/QTDE
0001	25.7067	Luva de latex para procedimento G cx com 100 un	SUPERMAX	40151900	200 CX	31,00	6.200,00 SIM
0002	25.6949	Luva de latex para procedimento M cx com 100 un	SUPERMAX	40151900	1.000 CX	31,00	31.000,00 SIM
0003	25.6948	Luva de latex para procedimento P cx com 100un	SUPERMAX	40151900	1.600 CX	31,00	49.600,00 SIM

OBSERVAÇÕES	IMPOSTOS	RESUMO VALORES DISPO	RESUMO VALORES
COTAÇÃO EXCLUSIVA PARA COMPRA DIRETA	ICMS: 10.416,00 ICMS Subs.: 0,00 IPI: 0,00 ISS: 0,00	Produtos (tab): 87.024,00 Serviços: 0,00 Descontos: 224,00 Desc. ICMS: 0,00 Impostos: 0,00 Acréscimos: 0,00 TOTAL: 86.800,00	Produtos (tab): 87.024,00 Serviços: 0,00 Descontos: 224,00 Desc. ICMS: 0,00 Impostos: 0,00 Acréscimos: 0,00 TOTAL: 86.800,00
Validade da Proposta: 30 dias Prazo de Entrega: 15 dias Pagamento: 30 dias Faturamento Mínimo: R\$ 400,00 E-mail para envio de empenho : vendaspublicas@dentalmedsul.com.br BANCO DO BRASIL - Agência 4500-4 - Conta Corrente 107690-6			

Aceito(amos) as condições financeiras e comerciais acima descritas e aprova(amos) o(s) produto(s) e ou serviço(s) na(s) quantidade(s) disponíveis, para fechamento imediato.	DATA APROVAÇÃO	APROVADO POR
--	----------------	--------------

*Informação de disponibilidade mediante a consulta.

Raphaela B. Duarte

Dental Med Sul Artigos Odontológicos LTDA
Raphaela Duarte - Compra Direta
F: 41-3204-8000 Ramal 9821
Email: vendaspublicas@dentalmedsul.com.br

02 477 571/0001-47
DENTAL MED SUL ARTIGOS
ODONTOLÓGICOS LTDA.
Rua Anne Frank, 5223
Boqueirão - CEP 81730-010
Curitiba - PR





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25.463.374/0001-74
Razão Social: MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
Endereço: R GOUBER PINTO DIONISIO 55 / CIDADE INDUSTRIAL / CURITIBA / PR / 81460-140

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/03/2020 a 04/07/2020

Certificação Número: 2020030703521125054703

Informação obtida em 01/04/2020 16:41:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 25.463.374/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:29:31 do dia 14/02/2020 <hora e data de Brasília>.

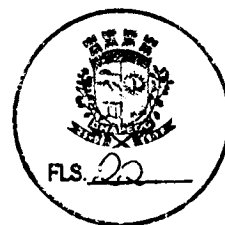
Válida até 12/08/2020.

Código de controle da certidão: **E32B.0E13.B4F7.D546**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 033/2020-FMS

SERVIÇO - RESUMO:

Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual para utilização pelos profissionais de saúde para o atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, em decorrência da pandemia do coronavírus.

PRESTADOR:

MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

ITENS ADQUIRIDOS, QUANTIDADE E VALOR UNITÁRIO:

Quantidade	Um. medida	Produto	Valor caixa
200	caixa	Luva de procedimento em latex, ambidestra, ph 07, levemente talcada, hipoalergenica, caixa com 100 unidades, tam. G, com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 24,80
1.000	Caixa	Luva de procedimento em latex, ambidestra, ph 07, levemente talcada, hipoalergenica, caixa com 100 unidades, tam. M, com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 24,80
1.600	Caixa	Luva de procedimento em latex, ambidestra, ph 07, levemente talcada, hipoalergenica, caixa com 100 unidades, tam. P, com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 24,80

VALOR DA DISPENSA:

R\$ 69.440,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO DA DISPENSA:

LEI N° 8.666/93

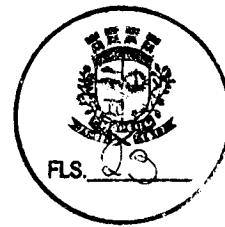
Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



LEI Nº 13.979/2020

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETO MUNICIPAL Nº 38.652/20

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

É notória a disseminação mundial do coronavírus classificada, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia.

Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália)¹ e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina², inclusive em Chapecó³, foi editado o Decreto Municipal nº 38.652/20 determinando medidas para o enfrentamento da pandemia dentre as quais a aquisição de insumos necessários⁴ para que os profissionais de saúde possam prestar atendimentos de forma segura; e, b) ampliação do horário de expediente dos serviços de saúde⁵ o que deve aumentar a procura pelos mesmos e, conseqüentemente, a utilização de tais insumos.

Diante desse panorama e do baixo estoque de luvas no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relata o memorando nº 8.456/2020⁶, torna-se necessária a aquisição dos produtos, já que se trata de insumo imprescindível para os atendimentos, bem como para a segurança dos profissionais e a sua indisponibilidade acarretaria na interrupção do atendimentos o que refletiria em risco extremo a saúde dos usuários do sistema único de saúde, em razão do momento epidemiológico que vivenciamos.

¹ Conforme notícia veiculada no portal do jornal Folha de S.Paulo, doc. fls. 06-08.

² Conforme boletim divulgado pelo governo estadual, disponível no endereço: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/2020/03/22/boletim-novo-coronavirus-covid-19-19-marco-2020/>, doc. fls. 09.

³ Conforme Boletim Epidemiológico do dia 19/03/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, doc. fls. 10.

⁴ Art. 4º, do Decreto Municipal nº 38.652/20, doc. fls. 11-14.

⁵ Conforme doc. fls. 15.

⁶ Doc. fls. 04.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECÓ



No dia 18 de março de 2020 foi realizada aquisição de produtos, todavia a quantidade foi insuficiente para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, já que se conseguiu a aquisição apenas do tamanho M.

Habilitação do fornecedor seguindo a permissão contida no art. 4º-F, Lei nº 13.979/20, diante da dificuldade, restrição, de se obter fornecedores para os insumo objeto da compra.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa, sendo que a administração contactou inúmeros fornecedores, doc. fls.05, mas não obteve proposta de preços de todos, em virtude da atual situação mercadológica.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ofertado reflete a realidade atual do mercado.

Chapecó - SC, 19 de março de 2020.

RIQUELMO BEDIN FILHO

Presidente da Com. Permanente de Licitações

Em virtude da exposição referente à realização da despesa independente de Licitação, fundamentado nos motivos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

Homologo a realização da presente Dispensa de licitação

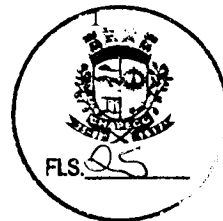
Chapecó - SC, 19 de março de 2020.


MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó-SC, 20 de março de 2020.

PARECER JURÍDICO Nº 0391/2020

OBJETO: Minuta de Dispensa de Licitação nº 033/2020-FMS. Análise Jurídica-Formal. Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual. Sistema Único de Saúde. Pandemia coronavírus.

Trata-se o presente de análise da minuta da Dispensa de Licitação nº 33/2020-FMS, por intermédio do qual se pretende a aquisição, em caráter emergencial, de materiais de proteção individual para utilização pelos profissionais de saúde para o atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, em decorrência da pandemia do coronavírus.

Constam nos autos analisados, além da minuta objeto deste parecer: Solicitação de Compra/Contratação nº 623/2020, expedida em face da Secretária de Saúde; cópia do Decreto Municipal nº 38.652/2020; cópia de orçamentos e cópia de informativos sobre os casos de coronavírus identificados.

No que concerne ao processo ora analisado, a autoridade competente informa que o fundamento legal da dispensa é aquele disposto no inciso IV do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...] IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. [...]

Art. 4º. Lei 13.979/2020. É dispensável a licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Art. 4º, Decreto Municipal nº 38.652/2020. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretaria Municipal de Saúde.

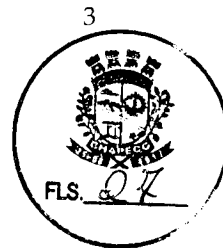
Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

Conforme se denota do processo de dispensa, a autoridade competente justifica a aquisição tendo em vista que:

[...] Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália) e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina, inclusive em Chapecó, foi editado o Decreto Municipal nº 38.652/20 determinando medidas para o enfrentamento da pandemia dentre as quais a aquisição de insumos necessários para que os profissionais de saúde possam prestar atendimentos de forma segura; e, b) ampliação do horário de expediente dos serviços de saúde o que deve aumentar a procura pelos mesmos e, conseqüentemente, a utilização de tais insumos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Diante desse panorama e do baixo estoque de luvas no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relata o memorando nº 8.456/2020, torna-se necessária a aquisição dos produtos, já que se trata de insumo imprescindível para os atendimentos, bem como para a segurança dos profissionais e a sua indisponibilidade acarretaria na interrupção dos atendimentos o que refletiria em risco extremo a saúde dos usuários do sistema único de saúde, em razão do momento epidemiológico que vivenciamos.

No dia 18 de março de 2020 foi realizada aquisição de produtos, todavia a quantidade foi insuficiente para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, já que se conseguiu a aquisição apenas do tamanho M.

Quanto à razão da escolha dos fornecedores, foi salientado pela autoridade competente:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa, sendo que administração contactou {sic} inúmeros fornecedores, doc. Fls. 05, mas não obteve proposta de preços de todos, em virtude da atual situação mercadológica.

No quesito preço, tem-se que o “preço ofertado é compatível com a realidade atual do mercado”.

Neste sentido, resta claro que o processo ora em análise está devidamente amparado nas legislações específicas para o caso em tela, quais sejam, Lei Federal n. 8.666.93, Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 38.652/2020.

Diante do exposto – **e restrito aos aspectos jurídicos-formais** – esta Procuradoria manifesta-se pela viabilidade jurídica da realização da Dispensa de Licitação nº 33/2020-FMS .




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer baseia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos ora analisados e a análise *supra* se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo-nos adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pelos demais órgãos da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer¹.


Patrícia Piasson
Consultora Jurídica
OAB/SC nº 48.058

¹ O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, sendo apenas a opinião técnico-jurídica emitida pelo operador do direito, que orientará o administrador na tomada da decisão, ou seja, na prática do ato administrativo que se constitui na execução *ex officio* da lei na oportunidade do julgamento, porquanto, o parecer jurídico constitui-se ato opinativo que pode, ou não, ser considerado pelo administrador (MS-24584/DF).



Vereadora protocola Projeto de Lei para redução de salários



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2020-FMS

Objeto: Aquisição emergencial de luvas cirúrgicas para utilização pelos profissionais de saúde, em atendimento a pacientes suspeitos de contaminação pelo coronavírus.

Fornecedores:

- Altermed Material Médico Hospitalar LTDA
- Pro Cirurgica Chapecó Produtos para Saúde LTDA

Valor:

R\$ 26.910,00 (vinte e seis mil, novecentos e dez reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Chapecó - SC, 18 de março de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2020-FMS

Objeto: Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual para utilização pelos profissionais de saúde para o atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, em decorrência da pandemia do coronavírus.

Fornecedor:

- Medefe Produtos Médico-hospitalares LTDA

Valor:

R\$ 69.440,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Chapecó - SC, 19 de março de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2020-FMS

Objeto: Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual para utilização pelos profissionais de saúde para o atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, em decorrência dos atendimentos ocasionados pela pandemia do coronavírus.

Fornecedor:

- DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Valor:

R\$ R\$ 80.600,00 (oitenta mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Chapecó - SC, 20 de março de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14h do dia 16 de abril de 2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO RPSENCIAL Nº 5/2020 - FMAS**, destinado a **AQUISIÇÃO DE URNAS MORTUARIAS, MANTOS E VÉUS PARA BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO FUNERAL AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**. O processo Licitatório será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações. As propostas deverão ser protocoladas, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 13:50 horas do dia 16 de abril de 2020. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br ou no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 - 3321-8456.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14:00 horas do dia 17 de abril de 2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020-FMS**, destinado a **AQUISIÇÃO DE BOMBA DE INFUSÃO E CARDIOVERSOR A SEREM DESTINADOS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE**, cujo processo Licitatório, será regido pela Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 14.182/2005. As propostas deverão ser protocoladas a partir desta data, no site www.licitacoes-e.com.br encerrando-se o prazo de entrega às 13:45 horas do dia 17 de abril de 2020. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos sites www.chapeco.sc.gov.br, www.licitacoes-e.com.br ou no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 3321-8458. CHAPECÓ, 03 de abril de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde

Redução seria de de 50%

A vereadora Marcilei Vignatti protocolou na última semana o Projeto de Lei que propõe a redução de 50% no salário do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores de Chapecó, durante três meses, com possibilidade de prorrogação. A proposta também prevê corte de 10% na remuneração de cargos comissionados do Executivo e Legislativo nos rendimentos acima de R\$ 6 mil, durante o mesmo período. A medida não se estende aos servidores públicos concursados ou com contrato temporário.

O projeto prevê que a economia gerada nessa redução seja repassada a um fundo específico, que tenha como finalidade ações e serviços públicos relacionados ao combate da pandemia. Segundo a vereadora Marcilei Vignatti, todos precisam fazer sua parte nesse esforço conjunto para vencer essa etapa de dificuldades. "Enquanto agentes públicos temos o compromisso de dar a nossa contribuição. Além da economia que iremos gerar, esse é um ato de solidariedade a todos que estão sofrendo com a perda dos seus rendimentos", afirma Marcilei.

O projeto de Lei está tramitando no Legislativo, seguirá para análise das comissões.

ANUNCIE AQUI

(49) 3321.9644



TADEU COSTA

chapecototal@yahoo.com.br

FLS. 20

Recordações



ELETRO OESTE
(49) 3905 1800



HLC HIDRÁULICA
CHAPECÓ SISTEMAS
HIDRÁULICOS LTDA.

Fone: (49) 3324-1882
Fax: (49) 3324-0343

INVIOLÁVEL
SEGURANÇA E MONITORAMENTO

MI MAX
DESPACHANTE

(49) 3331-5924
(49) 98855-8537
maxdespachantechapeco
maxdespachante



25.463.374/0001-74
MEDEFE PRODUTOS MEDICO-
HOSPITALARES LTDA
I.E. 907.68193-91
RUA GOUBER PINTO DIONISIO, Nº 55
CIC - CEP 81460-140
CURITIBA - PARANA

Curitiba/PR, 27 de Março de 2020



À

Prefeitura Municipal de Chapecó
Chapecó – SC

Ref.: CANCELAMENTO DO SALDO REFERENTE AOS ITENS: LUVA PROCEDIMENTO EM DE LATEX – MARCA TALGE CONSTANTE NOS EMPENHO 1704, E PARA TODO O PROCESSO COMPRA DIRETA 394

PEDIDO DE CANCELAMENTO

MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 25.463.374/0001-74, com endereço na Rua Gouber Pinto Dionísio, n.º 55, Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81.460-140, endereço eletrônico <medefe@medicalprodutos.com.br>, neste ato, representada por seu procurador, Sr. Claudio José dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 8.300.579-3 e inscrito no CPF sob o n.º 035.501.499-80, vem respeitosamente e tempestivamente, solicitar cancelamento do item em referencia, conforme segue:

É de conhecimento global a epidemia do coronavírus, que atinge principalmente a China.

Em virtude dessa consideração, a empresa MEDEFE não dispõe em estoque os produtos MÁSCARA SIMPLES, DUPLA E/OU TRIPLA para cumprir com a ordem de entrega expedida e manutenção do contrato vigente, haja vista de que com o aumento da procura de tais produtos, os fabricantes locais estão impossibilitados de fornecer, posto que estão sem matéria-prima.

Não obstante, as importações do produto e de matéria-prima estão sem previsão de chegada, tendo em vista a suspensão de recebimento de insumos originários da China, tornando o mercado desabastecido. Carta do Fabricante em anexo. ANEXO I

Imprescindível destacar que a responsabilidade da empresa resta afastada, haja vista que caracterizado caso fortuito e/ou força maior, conforme previsão no Código Civil, aplicado analogicamente ao presente caso:



25.463.374/0001-74
MEDEFE PRODUTOS MEDICOS
HOSPITALARES LTDA
I.E. 907.68193-91
RUA GOUBER PINTO DIONISIO, Nº 55 - FL 31 -
CIC - CEP 81460-140
CURITIBA - PARANA



Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado. (grifos nossos)

Fato este previsto também na Lei de licitações 8.666/93: (grifos nossos)
Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Quanto aos requisitos necessários para a ocorrência de caso fortuito ou força maior, Sérgio Cavaleiri Filho defende que:

"A imprevisibilidade, portanto, é o elemento indispensável para a caracterização do caso fortuito, enquanto a inevitabilidade o é da força maior. Entende-se por imprevisibilidade, conforme já assinalado (item 8.8), a imprevisibilidade específica, relativa a um fato concreto, e não a genérica ou a abstrata de que poderão ocorrer assaltos, acidentes, atropelamentos, etc., porque se assim não for tudo passará a ser previsível. A inevitabilidade, por sua vez, deve ser considerada dentro de uma certa relatividade, tendo-se o acontecimento como inevitável em função do que seria razoável exigir-se. Assim, por exemplo, tratando-se de roubo de cofres mantidos por um banco, é de presumir-se sejam tomadas especiais providências visando à segurança, pois a garanti-la se destinam seus serviços. O mesmo não se sucede se o assalto foi praticado em um simples estacionamento (RSTJ 132/313, Min. Eduardo Ribeiro). É preciso, destarte, apreciar caso por caso as condições em que o evento ocorreu, verificando se nessas condições o fato era imprevisível ou inevitável em função do que seria razoável exigir-se." (grifos nossos)¹

¹ Cavaleiri Filho, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8ª ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 66



Em razão do exposto, tendo em vista que a empresa está impossibilitada de fornecer o produto mencionado, não pode ocorrer à aplicação de quaisquer penalidades, haja vista se tratar de situação excepcional, totalmente imprevisível.

Do pedido:

Mediante aos fatos devidamente comprovados em embasados na Lei, pedimos o Ref.: CANCELAMENTO DO SALDO REFERENTE AOS ITENS: LUVA PROCEDIMENTO EM DE LATEX – MARCA TALGE CONSTANTE NOS EMPENHO 1704, E PARA TODO O PROCESSO COMPRA DIRETA 394.

Certos de sua compreensão, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e subscrevemo-nos.

TERMOS QUE PEDE DEFERIMENTO,



MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
Cláudio José dos Santos
CPF 035.501.499-80 / RG 8.300.579-3
Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Ofício DGC nº 101/2020

Chapecó-SC, 27 de abril de 2020.

Ao Senhor

PATRICK LUTIANI GOMES

Representante Medefe Produtos Medico- Hospitalares LTDA
Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, CIC, Curitiba-PR
CEP 81460-140

Senhor Representante,

Tendo em vista o requerimento de cancelamento do item luva de procedimento em látex – marca talge constante no empenho 1707 e para todo o processo de compra direta nº 394/2020, informamos o indeferimento do pedido. Vejamos.

A alegação de que o fato se trata de caso fortuito ou força maior devido à epidemia do cononavírus, não é cabível no caso em questão, pois a situação já era de conhecimento da empresa quando orçou o produto para esta Administração, de modo que não pode ser adotada como escusa legítima para o não cumprimento da obrigação. Ressalta-se que a aquisição do material foi para entrega imediata, sendo também de conhecimento da empresa desde o momento do orçamento, conforme os e-mails trocados.

Além disso, a aceitação do requerimento importaria na necessidade de nova compra direta, gerando custos à Administração e com o risco de ocasionar a falta do insumo na rede básica de saúde municipal.

Sendo assim, solicitamos que Vossa Senhoria realize a entrega do material **imediatamente** após o recebimento deste expediente. Informamos que a não regularização da entrega no prazo fixado, ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 9.784/99, bem como a legislação correlata.

Riquelmo Bedin Filho
Diretor de Gestão de Compras



Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

**previsão de entrega**

8 mensagens

Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

Para: contato.mbr@hotmail.com

Cc: medefe@medicalprodutos.com.br

25 de março de 2020 14:56

Boa tarde,

Foi gerado para essa empresa o empenho nº 1707/2020, referente a aquisição de luvas. No pedido de orçamento foi mencionado que era para entrega imediata, havendo concordância dessa empresa.

No entanto, o almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde, informou que ainda não recebeu o produto e que em contato com a empresa não foi passada data certa para tal.

Solicitamos que nos seja informado qual é a data que os produtos serão entregues, já que, como dito, a aquisição foi para entrega imediata e serão utilizados pelos profissionais de saúde no atendimento de pacientes suspeitos de contaminação pelo coronavírus.

Salientamos da fundamental importância dos insumos e do baixo estoque dos mesmos em nossa rede.

Atenciosamente,

Riquelmo Bedin Filho
Diretor de Gestão de Compras

Adalberto Reese <contato.mbr@hotmail.com>

Para: Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

25 de março de 2020 15:16

boa tarde, Amigão

não recebi sua af-1707

fico no aguardo

De: Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 25 de março de 2020 15:56**Para:** contato.mbr@hotmail.com <contato.mbr@hotmail.com>**Cc:** medefe@medicalprodutos.com.br <medefe@medicalprodutos.com.br>**Assunto:** previsão de entrega

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Livre de vírus. www.avast.com.

Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

Para: Adalberto Reese <contato.mbr@hotmail.com>

25 de março de 2020 15:24

Boa tarde Adalberto,

Esse pedido diz respeito ao pré-empenho nº 895/2020 que te enviei no dia 20/03. O empenho nº 1707/2020, que foi gerado do pré-empenho nº 895/2020 - por isso tem os mesmos itens e quantidades, foi repassado para o e-mail medefe@medicalprodutos.com.br, pelo nosso almoxarifado em 20/02 e teve seu recebimento confirmado.

Veja para nós, por favor, a questão da entrega.

Grato.

Atenciosamente,

Riquelmo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Medefe - Grupo Medical <medefe@medicalprodutos.com.br>
Para: Rafael Medical <rafael@medicalprodutos.com.br>, "Para:" <faturamento@medicalprodutos.com.br>, claudemir@medicalprodutos.com.br
Cc: Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

25 de março de 2020 17:04



Boa tarde!

Podem ajudar para retorno a este cliente por gentileza.

Att

Daniele Praisner de Souza

Departamento de Licitações

Rua: Gouber Pinto Dionisio nº 55

CIC - Curitiba/PR - CEP 81.460-140

Fone: 041*3042-0996 / 0997

Skype: daniele.praisner1

E-mail Setor de Pregão Eletrônico: medefe@medicalprodutos.com.br / comercial@medicalprodutos.com.br

E-mail Setor de SAC: sac@medicalprodutos.com.br

E-mail Setor de Notificações: notificacao@medicalprodutos.com.br

E-mail Setor de Faturamento: faturamento@medicalprodutos.com.br

E-mail Setor de Pregão Presencial: medical@medicalprodutos.com.br

GRUPO:

-

MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº 25.463.374/0001-74 - I.E. Nº 907.68193-91

-

EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº 11.101.480/0001-01 - I.E. Nº 904.92848-85

MEDICAL PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº 07.774.682/0001-39 - I.E. Nº 903.61600-87



De: Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 25 de março de 2020 14:57
Para: contato.mbr@hotmail.com
Cc: medefe@medicalprodutos.com.br
Assunto: previsão de entrega

Boa tarde,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Mariana Ferrari - Grupo Medical <faturamento@medicalprodutos.com.br>
Para: Medefe - Grupo Medical <medefe@medicalprodutos.com.br>, Rafael Medical <rafael@medicalprodutos.com.br>, claudemir@medicalprodutos.com.br
Cc: Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

26 de março de 2020 08:35

Bom dia

Material parcial enviado na data de ontem, conforme NF.

Att.



Mariana Ferrari | Auxiliar de Faturamento

faturamento@medicalprodutos.com.br

Tel.: (41) 3042-0996 / (41) 3501-7359

Endereço: Rua das Carmelitas, 634 - Hauer - Curitiba/ PR - Brasil | CEP: 81.610-070 - Telefones: (41) 3042-0996 / Fax: (41) 3042-0997

[Texto das mensagens anteriores oculto]

3897.pdf
18K

Claudemir Grupo Medical <claudemir@medicalprodutos.com.br>

26 de março de 2020 09:05

Responder a: claudemir@medicalprodutos.com.br

Para: Medefe - Grupo Medical <medefe@medicalprodutos.com.br>

Cc: Rafael Medical <rafael@medicalprodutos.com.br>, "Para:" <faturamento@medicalprodutos.com.br>, Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

Prezado Sr. Riquelmo!

A situação da SAÚDE no Brasil está bem complicada e espero que nesse momento de grande stress, tenhamos compreensão por parte de todos.

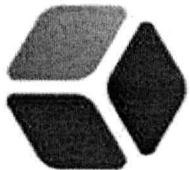
Em relação a este pedido foi informado que até sexta-feira estaríamos enviando um parcial devido ao grande volume de pedidos e por termos que dosar o envio dos materiais, com a intensão de atender o maior numero de clientes possíveis.

Seu pedido, saiu parcial na data de ontem, com entrega prevista para até segunda feira dia 30/04. Cópia da nota em anexo.

Aproveitamos o momento para adiantar que a situação do Produto Luva de Procedimento está crítica e logo os estoques estarão zerados. Orientamos que os usuários deste produto tenham total consciência no uso, pois não sabemos se iremos conseguir atender a pendência deste pedido.

Sem mais, nos mantemos a disposição.

Atenciosamente,



GRUPO MEDICAL

EEFETIVE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ: 11.101.480/0001-01

MEDEFE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ: 25.463.374/0001-74


Claudemir J Santos - Diretor Comercial

Fone/Fax: (41) 3042-0996 / 3042-0997

claudemir@medicalprodutos.com.br

Skype: live:claudemirjsantos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **NF 3897 - Chapecó.pdf**
18K

Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>
Para: claudemir@medicalprodutos.com.br

26 de março de 2020 13:37

Boa tarde Claudemir,

Com toda a certeza nós compreendemos a situação nacional com relação aos insumos de saúde. Todavia, fomos claros quando efetuamos o pedido de orçamento a respeito da condição de entrega. Assim, solicitamos que nos posicione o mais breve possível quanto a entrega do restante do quantitativo.

Atenciosamente,

Riquelmo Bedin Filho

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Claudemir Grupo Medical <claudemir@medicalprodutos.com.br>
Responder a: claudemir@medicalprodutos.com.br
Para: Departamento de Compras Chapecó <compras@chapeco.sc.gov.br>

26 de março de 2020 16:20

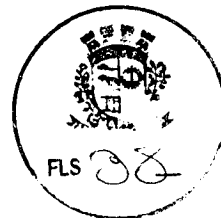
Boa tarde,

Bem provável que iremos pedir o cancelamento da quantidade da pendência e do saldo do contrato deste item.

Nenhum importador está tendo esse produto, e as previsões de chegar não se concretizaram.

Essa é a atual situação.

Att,



GRUPO MEDICAL

EEFETIVE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ: 11.101.480/0001-01

MEDEFE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ: 25.463.374/0001-74

Claudemir J Santos - Diretor Comercial

Fone/Fax: (41) 3042-0996 / 3042-0997

claudemir@medicalprodutos.com.br

Skype: live:claudemirjsantos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Itajaí, 30 de março de 2020.

Informamos ao cliente MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 25.463.374/0001-74 que a DVT COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, inscrita no CNPJ: 07.439329/0001-00, localizada na rua João Thomaz Pinto nº 1570, CEP 88337-450, Ganhanduba – Itajaí – SC, não possui em seu estoque para a entrega LUVA NITRILICA / LUVA VINIL E LUVA LATEX PROCEDIMENTO COM PÓ / SEM PÓ – TODOS OS TAMANHOS, por se tratar de um material importado estamos enfrentando uma ruptura de fornecimento do produto 2020 devido ao alto consumo, não temos previsão de recompor o estoque no momento.



Orlando Santos Ramalho



Diretor Comercial


Orlando Santos Ramalho
CRC 137 Regido
13403062



ANTONIO GIL MORAES FILHO

Diretor

RECEBEMOS DE KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICACAO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		
 KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA Rodovia Antonio Heif, 1001 KM 01 - SALA 203 Itaipava - Itajaí / SC CEP: 88316-001 Tel: (47) 3349-6168		DANFE Documento Auxiliar da NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída Nº 24.843 SÉRIE: 1 FOLHA: 1 / 1	
			
		CHAVE DE ACESSO 4220 0412 9366 5900 0133 5500 1000 0248 4310 0104 4682	
		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DE OPERACAO Venda merc. adq. receb. de terceiros		PROTOCOLO DE AUTORIZACAO DE USO 342200051031531 08/04/2020 11:48:01	
INSCRICAO ESTADUAL 256.266.247	INSC EST. SUBST. TRIBUTARIO		CNPJ 12.936.659/0001-33
NOME / RAZAO SOCIAL EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA - ME		CNPJ / CPF 11.101.480/0001-01	DATA EMISSAO 08/04/2020
ENDERECO R. Gouber Pinto Dionisio, 55		BAIRRO / DISTRITO Cidade Industrial	CEP 81460-140
MUNICIPIO Curitiba		FONE / FAX (41) 3501-7359	UF PR
		INSCRICAO ESTADUAL 90492848-85	HORA SAIDA 11:49:00
FATURA			
001	08/04/2020	18.120,00	
CALCULO DO IMPOSTO			
BASE DE CALCULO DO ICMS 18.120,00	VALOR DO ICMS 724,80	BASE DE CALCULO DO ICMS SUBSTITUICAO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUICAO 0,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESKONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSORIAS 0,00
VALOR DO IPI 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 18.120,00	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS			
NOME / RAZAO SOCIAL		FRETE POR CONTA 4 - Próprio/Dest	CODIGO ANTT
ENDERECO		MUNICIPIO	PLACA DO VEICULO
QUANTIDADE 60	ESPECIE CAIXAS	MARCA NUGARD	UF
NUMERACAO		PESO BRUTO 366,000	PESO LIQUIDO 366,000
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS			
COD PROD	DESCRICAO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM	CST
41	LUVA PROC LATEX NUGARD C PO - NP Lote 3493500 VI 30/04/2024 Valor Aprox. Trib. R\$0,00 Federal e R\$120,80 Estadual	40151900	100
42	LUVA PROC LATEX NUGARD C PO - P Lote 3508320 VI 31/05/2024 Valor Aprox. Trib. R\$0,00 Federal e R\$241,60 Estadual	40151900	100
42	LUVA PROC LATEX NUGARD C PO - M Lote 3502240 VI 31/05/2024 Valor Aprox. Trib. R\$0,00 Federal e R\$60,40 Estadual	40151900	100
43	LUVA PROC LATEX NUGARD C PO - G Lote 3502160 VI 31/05/2024 Valor Aprox. Trib. R\$0,00 Federal e R\$181,20 Estadual	40151900	100
INFORMACOES COMPLEMENTARES: Valor Aprox. Tributos: R\$ 0,00 Federal e R\$ 724,80 Estadual * Favor conferir as mercadorias no ato da entrega. Não aceitaremos reclamações posteriores. * No caso de frete FOB (Frete por Conta, Ordem e Risco do Destinatário), Favor contatar a Transportadora no caso de avarias.			
RESERVADO AO FISCO:			

ZS

Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.463.374/0001-74, com sede na Rua Gouber Pinto Dionísio, nº 55, Cidade Industrial, CEP: 81.460-140, Curitiba/PR, por intermédio de seus sócios-administradores PATRICK LUTIANI GOMES e MARIA DA GLORIA DE CARVALHO DOS SANTOS.

OUTORGADOS: ZAIDOWICZ & SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o n.º 3.896, e no CNPJ/MF sob o n.º 21.183.261/0001-64; **RAFAEL CONRAD ZAIDOWICZ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o nº. 42.320; e **HUGO JESUS SOARES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o nº. 44.977; todos com endereço eletrônico hugo@zsadvocacia.com e endereço físico à Av. Sete de Setembro nº. 4751 - cj. 3, Bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80.240-000.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, a Outorgante nomeia e constitui os Outorgados seus bastantes procuradores, aos quais confere poderes amplos, gerais e ilimitados para o foro em geral, inclusive os da cláusula "ad judicium et extra", para, em juízo ou fora dele, em qualquer Instância ou Tribunal, defender os seus interesses, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive desistir, transigir, firmar acordo e compromisso, receber, dar quitação e substabelecer.

Curitiba/PR, 06 de Agosto de 2019.

MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

Claudemir José dos Santos

RG.: 5.886.748-1

CPF.: 841.512.099-49

Representante Legal

MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/MF sob o nº 25.463.374/0001-74

8º TABELIONATO DE NOTAS

Oseás Ribas Ferreira Junior

TABELIÃO

Av. Dr. Muricy nº 468 - Centro - Curitiba - PR

Fone: (41) 3025-1900 - Fax: 3025-1929

cartorio@otavotabeliao.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LIVRO	FOLHA	RUBRICA
0453-P	050	2
COO. ESC	PROTOCOLO	PÁGINA
0091	2707/18	001

8º TABELIONATO DE NOTAS

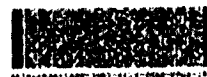
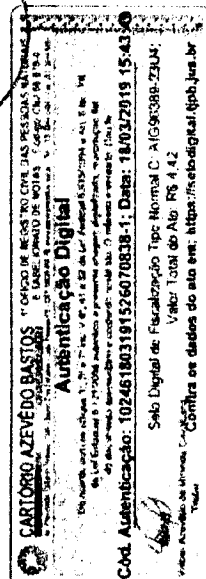
Oseás Ribas Ferreira Junior
TABELIÃO

RUA DR. MURICY, 468
FONE: 3025-1900
Curitiba - Paraná

CURITIBA - PARANÁ

PROCURAÇÃO bastante que faz: **MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA EPP**, na forma abaixo.

Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito (07/11/2018) lançada pelo número 03672/2018 no "Livro Protocolo Geral", nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em Serventia cujos serviços ao Notário foram regularmente delegados pelo Poder Público Estatal, perante mim escrevente do 8º Tabelionato, compareceu como outorgante: **MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Rua Gouber Pinto Dionísio, 55, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.463.374/0001-74; neste ato representada por seus sócios: **PATRICK LUTIANI GOMES**, brasileiro, que se declara casado, maior e capaz, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 5.501.079-0/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.698.528-71, residente e domiciliado na Rua Álvaro Andrade, 225 - apto 1113, Portão, Curitiba, Paraná, CEP 80.610-240 e **MARIA DA GLORIA DE CARVALHO DOS SANTOS**, brasileira, que se declara casada, maior e capaz, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 4.159.707-0/SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 903.978.009-91, residente e domiciliada na Rua Curt Roters, 263, Boqueirão, Curitiba, Paraná, CEP 81.750-120, conforme Segunda Alteração de Contrato Social consolidada, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Paraná sob nº 20182184781 em data de 23/10/2018, e Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Paraná sob nº NIRE 41 2 0840630-5 expedida em data de 23/10/2018, a qual ficam arquivadas nesta Serventia às fls. 149/152 do Livro 317-B. Os presentes, pessoas identificadas por mim e pelo Notário que esta subscreve, através dos documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé. E pelos representantes legais da outorgante me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastante procuradores: **CLAUDEMIR JOSE DOS SANTOS**, brasileiro, casado, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 5885749-1 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 841.542.089-49, residente e domiciliado na Rua Maranhão, 1812, Portão, Curitiba, Paraná, CEP 80.610-001 e **CLAUDINEI JOSE DOS SANTOS**, brasileiro, casado, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 77589279 PC/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.964.359-63, residente e domiciliado na Rua José Cadilhe, nº 804, Apto 82, Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP: 80.820-240, a) para representá-la perante Repartições Públicas em geral, sejam Federais, Estaduais, Municipais ou Autárquicas, especialmente perante Prefeituras, com poderes específicos para tomar qualquer decisão durante todas as fases de quaisquer licitações, e suas modalidades, inclusive apresentar proposta e declaração de atendimento dos requisitos de habilitação em nome da outorgante, formular verbalmente novas propostas de preços nas etapas de lances verbais, desistir expressamente de intenção de interpor recurso administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, interpor recursos administrativos, assinar a Ata de sessão, retirar nota de empenho/autorização, assinar contrato, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro/Presidente da Comissão de Licitação, firmar os competentes instrumentos contratuais, públicos ou particulares; estipular cláusulas, preencher requerimentos, guias, formulários, cadastros, termos, fichas e documentos, prestar e firmar declarações e informações; cumprir exigências, requerer, alegar e assinar o que



convier; pagar taxas e emolumentos, produzir e apresentar provas, juntar e desentranhar documentos; b) para representar a outorgante junto a repartições públicas municipais, estaduais, federais e autárquicas; Ministério do Trabalho e Previdência Social, INSS, Justiça Comum, Federal e Trabalhista, Junta Comercial de quaisquer Estados, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, comércio e indústria em geral; empresas públicas e privadas, junta de conciliação e julgamento, inclusive perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; Agência de Rendas, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional Federal e Estadual, em quaisquer de suas delegacias ou agências; podendo para tanto, de requerer e retirar quaisquer documentos; Certidões Negativas, Positivas e suas Explicativas; assinar o que for de direito, assinar outorga de procuração particular; registrar e cadastrar senhas; preencher e assinar, requerimentos, guias, formulários, cadastros, termos, fichas e documentos, prestar e firmar declarações e informações de quaisquer naturezas; cumprir exigências, tudo requerer, alegar e assinar o que convier; fazer acordos; pagar taxas e emolumentos, renegociar e parcelar dividas existentes; podendo ainda representar a mandante perante todos os estabelecimentos bancários, inclusive BANCO CENTRAL DO BRASIL; BANCO DO BRASIL S/A., BANCO MÚLTIPLO, BANCO BRADESCO S/A., BANCO ITAÚ S/A., BANCO SANTANDER S/A., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e quaisquer outras instituições financeiras; podendo assinar propostas ou contratos de abertura de contas bancárias e movimenta-las; emitir e endossar cheques, fazer retiradas mediante recibos, autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio de TED, DOC outros meios legais, aceitos pelos bancos; movimentar, gerir, operar e administrar a(s) conta(s) via gerenciador financeiro via web, internet; realizar empréstimos de qualquer natureza ou modalidade, solicitar saldos e extratos de contas, requisitar talonários de cheques para uso, avalizar, realizar operações de crédito de qualquer natureza, receber quaisquer importâncias devidas a outorgante, assinando os necessários recibos e dando quitação; assinar toda a correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos Bancos, dando instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos, entregas franco de pagamento, protestos e o que mais preciso for; admitir e demitir empregados, fixando-lhes ordenados e atribuições; receber toda e qualquer importância devida à outorgante, dando a devida quitação; comprar e vender mercadorias do ramo da outorgante; requerer e acompanhar processos, assinar guias, papéis e documentos; apresentar provas, fazer acordos e acertos; anexar e desentranhar documentos; prestar e firmar declarações e informações; contratar advogados com os poderes contidos nas cláusulas "Ad-Judicia e Ad-Negocia", para a defesa dos direitos e interesses da outorgante, enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. (SOB MINUTA). **A qualificação dos procuradores e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles responsabiliza-se.** Em seguida foi-me apresentada a Guia de Recolhimento ao FUNREJUS sob nº 14000000004128522-6, no valor de R\$ 19,04, referente a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) sobre atos notariais com menor expressão econômica, paga em data de 07/11/2018, conforme Lei nº 18.415/14. E de como assim disse, me pediu que lhe fizesse este público instrumento, que depois de lido e em tudo achado conforme, aceita, outorga e assina, dispensando a presença e assinatura de testemunhas instrumentais, na forma do disposto no artigo 684 do Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, tudo perante mim, BRUNA JANAYNA VASCO DA SILVA, Escrevente, que a digitei. E eu 8º Tabelião, a subscrevi. Curitiba, 07 de novembro de 2018. a.a. PATRICK LUTIANI GOMES, MARIA DA GLORIA DE CARVALHO DOS SANTOS, Custas: 394,62 VRC - R\$ 76,16 FADEP R\$ 3,81. Selo de autenticidade do FUNARPEN R\$ 0,80. "NADA MAIS" TRASLADADA na mesma data. E eu 8º Tabelião, que a fiz digitar subscrevo e assino em público e raso.



8º TABELIONATO DE NOTAS

Oséas Ribas Ferreira Junior
TABELIÃO

Al. Dr. Muricy, nº 468 - Centro - Curitiba - PR
Fone: (41) 3025-1900 - Fax: 3025-1929
cartorio@oitavotabeliao.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LIVRO	FOLHA	RUBRICA
0453-P	051	
COD. ESC.	PROTOCOLO	PÁGINA
0091	2707/18	003

CURITIBA - PARANÁ

8º TABELIONATO DE NOTAS

Oséas Ribas Ferreira Junior
TABELIÃO

RUA DR. MURICY, 468
FONE: 3025-1900
Curitiba - Paraná

Curitiba, 07 de novembro de 2018

OITAVO TABELIAO

44

LEONARDO ALVES DE SOUSA
ESCREVENTE

FUNARPEN - SELO DIGITAL Nº: cayP2 . Gxxwt . ZD8Cm
Controle: k9jUc . tH3bo
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
E TABELIONATO DE NOTAS - Cópia CNJ nº 179-9
E TABELIONATO DE NOTAS - Cópia CNJ nº 179-9
Autenticação Digital
De acordo com o artigo 1º, § 1º, do A.P.P. nº 179-9, a Autenticação Digital é a que, por meio de uma assinatura eletrônica, permite a verificação da autenticidade e integridade de um documento eletrônico.
Cód. Autenticação: 102461803191526070838-3; Data: 16/03/2019 15:43:49
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C-ALC56387-NONE
Valor Total do Atto: R\$ 1,42
Cantidade de dados do ato em: <https://tselodigital.spb.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* cu na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes¹.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **19/03/2019 10:45:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1200655

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **18/03/2020 15:44:18 (hora local)**.

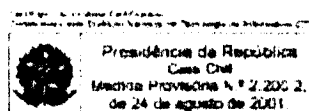
Código de Autenticação Digital: 102461803191526070838-1 a 102461803191526070838-3

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

☒ Referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d7341c94f057f2d69fe6bc05bfa674f4a830dfe5258b562b948062cb8b642d0e52914bcec34bf08f7d4a8fcde47c917b09f2bc64b2916c0824c7159239ef523ca95f03bc5a56a7be31624028d



FLS 246

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ADMINISTRO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS
O TERRITORIO NACIONAL
1388176819

PROIBIDO PLASTIFICAR
1388176819

Nome: **CLAUDEMIR JOSE DOS SANTOS**

DOC IDENTIFICACAO / Org. Emissora / UF
5885749-1 BRSP PR

CPF 841.542.099-49 DATA NASCIMENTO 19/09/1974

TIPOCAO
ANANIAS JOSE DOS SANTOS
MARIA DA GLORIA DE CARVALHO DOS SANTOS

FORMACAO ACI CAT IVB
RECONHECIDO RECONHECIDO E

Nº REGISTRO 00969837238 VALOR 31/01/2022 16/09/1993

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR DATA EMISSAO
CURITIBA, PR 31/01/2017

ASSINATURA DO EMISSOR
PARANÁ

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
E TABELIONATO DE NOTAS - Campo Cuiabá, 100 - Fone: (11) 3241-1111 - CEP: 13060-000 - Jd. Santa Helena, São Carlos - SP

Autenticação Digital

De acordo com o artigo 2º do "Decreto de Lei nº 11.069 de 24/06/2006" e o artigo 7º do "Decreto de Lei nº 11.069 de 24/06/2006", o presente documento é autenticado e registrado no sistema de autenticação digital.

Cod. Autenticação: 102461903191722140942-1; Data: 19/03/2019 17:27:58

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIC99412-11M7A
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Validar Selo Digital de Fiscalização em: <https://sistemaautenticadigital.spb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/03/2019 08:13:08 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1202070

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **19/03/2020 17:28:01 (hora local)**.

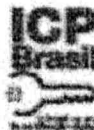
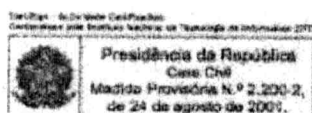
¹**Código de Autenticação Digital:** 102461903191722140942-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be2fe9a2626318981dd3500369f3ed05bf2528b420f0e3805d00eb1832a6ebabc47c917b09f2bc64b2916c0824c715923aba46626135d7bdb8d565d52306055a0





MEDEFE PRODUTOS MEDICO -HOSPITALARES LTDA ME
2 "ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ 25.463.374/0001-74



PATRICK LUTIANI GOMES, brasileiro, solteiro, empresário, em 13/07/1979, residente e domiciliado, à Rua Alvaro Andrade, 225, Apto 1113 bairro Portão em Curitiba Paraná, CEP: 80610-240 portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 5.501.079-0 SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 026.698.529-71, e **MARIA DA GLORIA CARVALHO DOS SANTOS**, brasileira, casada em regime de comunhão universal dos bens, empresária, nascida em 17/07/1949 portadora da Carteira de Identidade Civil RG nº 4.159.707-0 SSP-PR CPF/MF nº 903.978.009-91, residente e domiciliada a Rua Curt Roters, nº 263, BOQUEIRÃO, em Curitiba Paraná, CEP: 81.750-120, sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de **MEDEFE PRODUTOS MEDICO -HOSPITALARES LTDA ME**, com sede Rua Antonio Schiebel nº 227, Bairro Boqueirão, Curitiba - Paraná, CEP: 81650-220, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41208406305, por despacho em sessão de 17 de Junho de 2016, resolvem de comum acordo **alterar** o contrato original, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Através do presente instrumento, inclui-se no contrato social o objeto de Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano; Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumaria; Comércio Atacadista de produtos de higiene pessoal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA SEDE

Através do presente instrumento, altera-se o endereço de sua sede para a Rua Gouber Pinto Dionísio nº 55, Bairro Cidade Industrial, Curitiba - Paraná, CEP: 81.460-140.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO:

À vista das modificações ora ajustadas e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário e subsidiariamente a lei nº 6.404/76, passa a ter a seguinte redação:



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 11:04 SOB Nº 20182184781.
PROTOCOLO: 182184781 DE 26/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801701460. NIRE: 41208406305.

MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 07/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MEDEFEE PRODUTOS MEDICO - HOSPITALARES LTDA ME
2ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ 25.463.374/0001-74



CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

MEDEFEE PRODUTOS MEDICO - HOSPITALARES LTDA ME
CNPJ 25.463.374/0001-74

PATRICK LUTIANI GOMES, brasileiro, solteiro, empresário, em 13/05/1979, residente domiciliado na Rua Rua Alvaro Andrade, 225, Apto. 1113 bairro Portão em Curitiba Para CEP: 89610-240 portador da Carteira de Identidade Civil RG n.º 8.501.079-0 SSP-PR e inscrito no CPF ME n.º 926.698.529-71, e **MARIA DA GLORIA CARVALHO DOS SANTOS**, brasileira, casada em regime de comunhão universal dos bens, empresária, nascida em 17/07/1949 portadora da Carteira de Identidade Civil RG n.º 4.159.707-0 SSP-PR CPF ME n.º 903.978.009-91, residente e domiciliada na Rua Curt Roters, n.º 263 - BOQUEIRÃO, em Curitiba Paraná, CEP: 81.750-120, sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de **MEDEFEE PRODUTOS MEDICO - HOSPITALARES LTDA ME**, com sede Rua Goubert Pinto Dionísio n.º 55, Bairro Cidade Industrial, Curitiba - Paraná, CEP: 81.460-140, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob n.º **41208106305**, por despacho em sessão de 17 de Junho de 2016 **CONSOLIDAR** o contrato original, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO

A sociedade terá sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Goubert Pinto Dionísio n.º 55, Bairro Cidade Industrial, Curitiba - Paraná, CEP: 81.460-140

CLÁUSULA SEGUNDA: - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA: - INÍCIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE:

A sociedade iniciou suas atividades em 17/06/2016 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: - OBJETO SOCIAL:

A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS

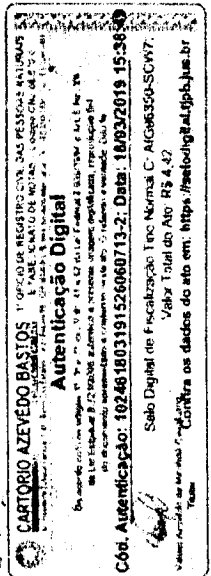
- COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS.

- COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR;

- COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO;

COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA;

COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL.



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 11:04 SOB Nº 20182184781.
PROTOCOLO: 182184781 DE 26/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801701460. NIRE: 41208406305.

MEDEFEE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 07/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MEDEFE PRODUTOS MEDICO - HOSPITALARES LTDA
2ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ 25.463.374/0001-74



CLÁUSULA QUINTA: - CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente do país de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, proporcionalmente distribuídos entre os sócios:

NOME	%	QUOTAS	
PATRICK LUTIANI GOMES	50	30.000	RS 30.000,00
MARIA DA GLORIA CARVALHO DOS SANTOS	50	30.000	RS 30.000,00
TOTAL	100	60.000	RS 60.000,00

CLÁUSULA SEXTA: - QUOTAS E RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

PARÁGRAFO ÚNICO: - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SETIMA: - DA ADMINISTRAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DA EMPRESA

A administração da sociedade caberá aos sócios, **PATRICK LUTIANI GOMES E/OU MARIA DA GLORIA CARVALHO DOS SANTOS** ISOLADAMENTE OU EM CONJUNTO, com os poderes e atribuições de Sócios Administradores, autorizado o uso do nome empresarial podendo inclusive, outorgar procurações isoladamente, vedadas, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de ambos os sócios.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA - Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA OITAVA: - DO BALANÇO -

Em 31 de dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do Balanço Geral do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de Capital Social.

PARÁGRAFO ÚNICO: - A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de "RESERVAS DE LUCROS", nos critérios estabelecidos pela Lei nº 6404/76 ou, então, permanecer em Lucros Acumulados, para futura destinação.



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 11:04 SOB Nº 20182184781.
PROTOCOLO: 182184781 DE 26/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801701460. NIRE: 41208406305.
MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 07/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br



MEDEFE PRODUTOS MEDICO - HOSPITALARES LTDA ME
2ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ 25.463.374/0001-74

CLÁUSULA NONA: - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou de sócios remanescentes, o valor de seus haveres serão apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA: - DO DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS -

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: - RETIRADA DE PRÓ-LABORE:

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de "pró-labore", observada as disposições regulamentares pertinentes.

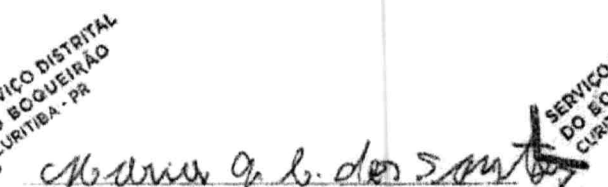
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E por assim estarem, justos e contratados, lavram e assinam o presente instrumento em via única.

Curitiba, 10 de Abril de 2018.


PATRICK LUPIANI GOMES
Sócia Administrador


MARIA DA GLÓRIA CARVALHO DOS SANTOS
Sócio Administradora



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 11:04 SOB Nº 20182184781.
PROTOCOLO: 182184781 DE 26/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801701460. NIRE: 41208406305.

MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 07/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br





SERVIÇO DISTRITAL
DO BOQUEIRÃO

Mônica M. Guimarães de Macedo Della Vacchia
TITULAR
Av. Mal. Floriano Peixoto, 8155 - Boqueirão, Curitiba - PR
Tel: 41 3123 9929

Selo nº HYJrmuzTny8q36X. Controle: 5YTjX.DLxqR

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por VERDADEIRA as assinaturas de PATRICK LUTIANI
BOMES e MARIA DA GLÓRIA DE CARVALHO DOS SANTOS

0030 F4HWC34VQ-28524E-10 Dou fe

Curitiba 25 de abril de 2018 10:09:01h

Em Teste da Verdade

Mariene Colapo Batista - Escrevente

Emolumentos: R\$16,82 (VRC 43,60). Selo Funarpen: R\$0,80.

Funarpen: R\$4,20



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 11:04 SOB Nº 20182184781.
PROTOCOLO: 182184781 DE 26/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801701460. NIRE: 41208406305.

MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 07/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS

FUNDADO EM 1888

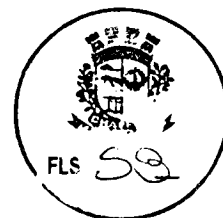
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 56030-00, João Pessoa PB

Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484

<http://www.azevedobastos.not.br>

E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB N° 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **19/03/2019 10:43:15 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1200673

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **18/03/2020 15:44:18 (hora local)**.

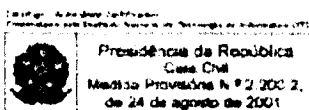
Código de Autenticação Digital: 102461803191526060713-1 a 102461803191526060713-5

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d7341d94f057f2d69fa6bc05bfa674f4a830dfe5258b562b948062cb8ee893b41f161a7743c6f4440a0ec157547c917b09f2bc64b2916c0824c71592345afa3ddc320895ff71755fc98b2b1af





Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Eduarda Antunes

Chave de Autenticação Digital
2037-8914-735

Página
1 / 1



Compra/Contratação Direta

Número: 394

Emissão: 19/03/2020

Centro de custo: 0014 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, TENDO EM VISTA A AMPLIAÇÃO NO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A ABERTURA DE NOVOS SERVIÇOS.

Credor: MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Endereço: R GOUBER PINTO DIONISIO, 55 - CIDADE INDUSTRIAL

Cidade: Curitiba - PR

CPF/CNPJ: 25.463.374/0001-74

Banco: Banco do Brasil S.A.

Fone: (41) 3042-0997 / (41) 3042-0996

CEP: 81.460-140

Agência: 3007

C/C: 2245639

Despesas

Despesa	Fonte de recurso	Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
291 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 - 339000 - Aplicações Diretas	1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica	1,00	0,00

Itens

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	200,00000	CAIXA	102226 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH07, LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. G. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	24,80000	4.960,00
			Complemento: CAIXA COM 100 UNIDADES.		
2	1.000,00000	CAIXA	102235 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, ph 07 TAM M LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. M	24,80000	24.800,00
			Complemento: CAIXA COM 100 UNIDADES		
3	1.600,00000	CAIXA	102238 - LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LEVEMENTE TALCADA, HIPOALERGENICA, CAIXA COM 100 UNIDADES, TAM. P. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	24,80000	39.680,00
			Complemento: CAIXA COM 100 UNIDADES		

Total Geral (R\$): 69.440,00



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Eduarda Antunes

Chave de Autenticação Digital
1307-6322-611

Página
1 / 1

FLS

Emissão: 19/03/2020

Nota de Empenho

Espécie: Ordinário

Número: 1707/2020

Categoria: Comum

Prestação de contas: NÃO Passivo reconhecido: NÃO

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Ação: 2.605 - Manut. Atenção Básica em Saúde

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Despesa: 291 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Função: 10 - Saúde

Elemento: 30 - Material de Consumo

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Detalhamento: 28 - material de proteção e segurança

Programa: 107 - Saúde Humanizada

Fonte de recurso: 1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica

Saldo Anterior: R\$ 955.406,78

Saldo Atual: R\$ 885.966,78

Valor deste empenho: R\$ 69.440,00

Pré-Empenho: 895/2020

Processo Administrativo:

Licitação:

Modalidade:

Compra Direta: 394

Contrato:

Credor: 25576 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 25.463.374/0001-74

Endereço: R GOUBER PINTO DIONISIO, 55 - CIDADE INDUSTRIAL, Curitiba - PR

CEP: 81.460-140

E-mail: MEDEFE@MEDICALPRODUTOS.COM.BR

Fone: (41) 3042-0997 / (41) 3042-0996

Banco: 1 - Banco do Brasil S.A.

Agência: 3007-4

C/C: 224563-9

Objeto resumido: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, TENDO EM VISTA A AMPLIAÇÃO NO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A ABERTURA DE NOVOS SERVIÇOS.

Itens do Empenho

Item	Qtde.	Unid. Med.	Cód. Material/Serviço/Subdetalhamento	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	200,00000	CX	102226 LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH07, Complemento do item: CAIXA COM 100 UNIDADES.	24,80000	4.960,00
2	1.000,00000	CX	102235 LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, ph 07 TA Complemento do item: CAIXA COM 100 UNIDADES	24,80000	24.800,00
3	1.600,00000	CX	102238 LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX, AMBIDESTRA, PH 07, LE Complemento do item: CAIXA COM 100 UNIDADES	24,80000	39.680,00
Valor deste empenho: R\$ 69.440,00			Total retido: R\$ 0,00	Valor líquido: R\$ 69.440,00	

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ordenador de despesa

SOLANGE A. S. MARCON

Contadora CRC/SC 32.920/O-0
Exame Contábil



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECO



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 033/2020-FMS

SERVICO - RESUMO:

Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual para utilização pelos profissionais de saúde para o atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, em decorrência da pandemia do coronavírus.

FORNECEDOR:

MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

ITENS ADQUIRIDOS, QUANTIDADE E VALOR UNITÁRIO:

Quantidade	Um. medida	Produto	Valor caixa
200	caixa	Luva de procedimento em latex, ambidestra, ph 07, levemente talcada, hipoalergenica, caixa com 100 unidades, tam. G, com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 24,80
1.000	Caixa	Luva de procedimento em latex, ambidestra, ph 07, levemente talcada, hipoalergenica, caixa com 100 unidades, tam. M, com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 24,80
1.600	Caixa	Luva de procedimento em latex, ambidestra, ph 07, levemente talcada, hipoalergenica, caixa com 100 unidades, tam. P, com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 24,80

VALOR DA DISPENSA:

R\$ 69.440,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO DA DISPENSA:

LEI Nº 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



LEI Nº 13.979/2020

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETO MUNICIPAL Nº 38.652/20

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

É notória a disseminação mundial do coronavírus classificada, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia.

Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália)¹ e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina², inclusive em Chapecó³, foi editado o Decreto Municipal nº 38.652/20 determinando medidas para o enfrentamento da pandemia dentre as quais a aquisição de insumos necessários⁴ para que os profissionais de saúde possam prestar atendimentos de forma segura; e, b) ampliação do horário de expediente dos serviços de saúde⁵ o que deve aumentar a procura pelos mesmos e, conseqüentemente, a utilização de tais insumos.

Diante desse panorama e do baixo estoque de luvas no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relata o memorando nº 8.456/2020⁶, torna-se necessária a aquisição dos produtos, já que se trata de insumo imprescindível para os atendimentos, bem como para a segurança dos profissionais e a sua indisponibilidade acarretaria na interrupção do atendimentos o que refletiria em risco extremo a saúde dos usuários do sistema único de saúde, em razão do momento epidemiológico que vivenciamos.

¹ Conforme notícia veiculada no portal do jornal Folha de S.Paulo, doc. fls. 06-08.

² Conforme boletim divulgado pelo governo estadual, disponível no endereço: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/2020/03/22/boletim-novo-coronavirus-covid-19-19-marco-2020/>, doc. fls. 09.

³ Conforme Boletim Epidemiológico do dia 19/03/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, doc. fls. 10.

⁴ Art. 4º, do Decreto Municipal nº 38.652/20, doc. fls. 11-14.

⁵ Conforme doc. fls. 15.

⁶ Doc. fls. 04.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



No dia 18 de março de 2020 foi realizada aquisição de produtos, todavia a quantidade foi insuficiente para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, já que se conseguiu a aquisição apenas do tamanho M.

Habilitação do fornecedor seguindo a permissão contida no art. 4º-F , Lei nº 13.979/20, diante da dificuldade, restrição, de se obter fornecedores para os insumo objeto da compra.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa, sendo que a administração contactou inúmeros fornecedores, doc. fls.05, mas não obteve proposta de preços de todos, em virtude da atual situação mercadológica.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ofertado reflete a realidade atual do mercado.

Chapecó - SC, 19 de março de 2020.

RIQUELMO BEDIN FILHO

Presidente da Com. Permanente de Licitações

Em virtude da exposição referente à realização da despesa independente de Licitação, fundamentado nos motivos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

Homologo a realização da presente Dispensa de licitação

Chapecó - SC, 19 de março de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DE GESTÃO DE COMPRAS RIQUELMO
BEDIN FILHO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ – ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Ref.: Ofício DGC n.º 136/2020.

MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA ME,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 25.463.374/0001-74,
endereço eletrônico <medefe@medicalprodutos.com.br>, com endereço na Rua
Gouber Pinto Dionísio, n.º 55, Bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP: 81.460-140,
neste ato representada por seu procurador CLAUDEMIR JOSE DOS SANTOS,
portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 5885749-1 SESP/PR, inscrito no CPF/MF
sob o n.º 841.542.099-49, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria,
tempestivamente, apresentar

RECONSIDERAÇÃO

À decisão proferida que indeferiu o pleito de reequilíbrio econômico financeiro, referente ao item “Luvas Látex – Marca Talge” de compra direta n.º 394/2020, pugnando, desde logo, pela reforma da decisão administrativa, consoante às razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1 – BREVE ESCORÇO FÁTICO

Prima facie, é de conhecimento da Requerida que a Requerente apresentou requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, referente ao item “Luvas Látex – Marca Talge” do Processo de Compra Direta n.º 394/2020.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



Contudo, infundadamente a Requerida indeferiu o pedido sob a seguinte alegação:

Senhor Representante,

Em resposta a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, referente ao item luvas látex, marca talge, compra direta nº 394/2020, informamos o indeferimento do pedido, conforme o parecer jurídico.

Desse modo, "quanto ao ajuste do valor pretendido, não se verifica razoabilidade em seu atendimento, visto que se a empresa tivesse cumprido com a obrigação, qual seja, de entrega imediata dos produtos, ainda no mês de março de 2020, os valores não teriam sofrido a alteração demonstrada, de modo que não pode, neste momento, a Administração Pública arcar com ônus pela displicência e descumprimento de prazos ou demais atos por parte da empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME" (Parecer Jurídico nº 0645/2020 da Procuradoria Geral do Município de Chapecó).

Contudo, não há óbice quanto à alteração de marca do item, desde que preencha os requisitos previstos no edital. Desta forma, deverá a empresa encaminhar amostra ou carta técnica à Coordenadora do Almoxarifado para análise.

Sendo assim, solicitamos a entrega do produto ou o envio da carta técnica e/ou amostra para análise, no prazo de 3 (três) dias corridos.

Por fim, informamos que o não atendimento das providências ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará processo administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação da Lei nº 9.784/99, bem como a legislação correlata.

Com a devida vênia, nada mais absurdo!

Conforme amplamente exposto no pleito indeferido, não se pode atribuir culpa a Requerente pela falta de material no mercado, não se revelando plausível neste momento a Requerida tentar se eximir de suas obrigações.

2 – DAS CONSIDERAÇÕES A SEREM FEITAS

Prefacialmente insta assinalar que a Requerente discorda totalmente das razões expendidas no Parecer Jurídico 0645/2020, eis que não contemplam a verdade sobre os fatos ocorridos.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



A Requerida tenta tão somente atribuir a culpa única e exclusivamente a Requerente, o que se demonstra de extrema facilidade no momento em que esta se passando.

As exposições da Requerida chegam ser absurdas, sustentando que *"não se verifica razoabilidade em seu atendimento, visto que se empresa tivesse cumprido com a obrigação, qual seja, **entrega imediata dos produtos, ainda no mês de março de 2020**, os valores não teriam sofrido a alteração demonstrada, de modo que não pode, neste momento, a Administração Pública arcar com ônus pela displicência e descumprimento de prazos ou demais atos por parte da Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME"*.

Ora! Como a Requerente poderia preannunciar que aconteceria tal fato como está ocorrendo. Não é atoa que em vários casos resta caracterizado a teoria da imprevisão, haja vista que se trata de situação excepcional, totalmente imprevisível.

Ademais, a alegação de que *"em que pese o fato de o reequilíbrio econômico-financeiro visar a garantia das condições efetivas da proposta, esta não pode ser sinônimo de garantia de manutenção de lucro à contratada"* é completamente insustentável.

A Requerente busca tão somente que não seja prejudicada com o aumento exponencial do valor do referido item, sendo que se fornecesse no mesmo valor (R\$ 30,20) estaria tendo um enorme prejuízo, o que vedado pela lei em vigor.

Assim, a Requerente estaria sofrendo prejuízo e a Requerida estaria se aproveitando da situação, eis que caracterizado o desequilíbrio econômico financeiro do contrato.

Ademais, como bem pontuou no parecer, estão presentes todos os requisitos que caracterizam o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, senão vejamos:



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



Para caracterizar o desequilíbrio econômico-financeiro é necessária a comprovação de que os custos do contrato sofreram alteração de tal monta que se tornou inviável sua execução e, ainda, que essa alteração decorreu de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando, assim, álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ora! Resta inequívoco que os custos do contrato sofreram alteração de alta monta, além de que se tornou inviável a sua execução, haja vista que a Requerente vai sofrer diversos prejuízos se fornecer o item no valor antigo.

De mais a mais, conforme descreve a imagem colacionada acima, a alteração decorreu pela PANDEMIA do COVID-19, de modo que se caracteriza por fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardos ou impeditivos da execução ajustada, ou ainda de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

A alegação de que se a Requerente houvesse cumprido a obrigação ao tempo de sua admissão não teria ocorrido à elevação nos valores é completamente insustentável.

Em que pese a PANDEMIA não ter atingido diretamente o Brasil no início do ano, já vinha ocorrendo à falta de materiais médico-hospitalares, haja vista que os outros países já estavam sofrendo com a disseminação do vírus.

Logo, se torna completamente ilógico atribuir culpa a Requerente, haja vista que a empresa esta sofrendo inequivocamente os efeitos da PANDEMIA, não podendo ser prejudicada ainda mais por exposições infundadas que apenas visam se eximir de suas obrigações.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



3 – DAS RAZÕES PARA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO

3.1 – DA PANDEMIA DO COVID-19 (CORONAVÍRUS)

Insta assinalar que, a Requerente assim que recebeu as notas de empenho, imediatamente comunicou a Requerida sobre a impossibilidade em efetuar a entrega do item solicitado.

Como bem pontuado na missiva, é de conhecimento universal que o COVID-19 (CORONAVÍRUS), se espalhou rapidamente e consideravelmente por todos os países do mundo, inclusive afetando demasiadamente o Brasil.

Em rápidas buscas em *sites*, se constata que o COVID-19 tem assolado o Brasil, sendo confirmado no país 590.485 (quinhentos e noventa mil quatrocentos e oitenta e cinco) casos e 32.688 (trinta e dois mil seiscentos e oitenta e oito) mortes, senão vejamos:

Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 4 de junho

As secretarias estaduais de Saúde confirmam no país 590.485 casos do novo coronavírus (Sars-CoV-2), com 32.688 mortes.

Por G1

04/06/2020 05h51 - Atualizado na última hora

Veja os dados sobre o **coronavírus** no Brasil nesta quinta-feira (4), segundo levantamento exclusivo do **G1** junto às secretarias estaduais de saúde. Foram registradas **32.688 mortes** provocadas pela **Covid-19** e **590.485 casos confirmados** da doença em todo o país.

O balanço do **Ministério da Saúde** na quarta-feira (3) registrou 1.349 novos óbitos, número recorde de vítimas anotadas em um dia, totalizando **32.548 mortos** e **584.016 casos**.

1

¹ Matéria veiculada pelo *site* G1, disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/04/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-4-de-junho.ghtml>>

Ademais, conforme já mencionado anteriormente, no início do ano de 2020 as fabricantes de mascaras já sofriam com a falta de matéria-prima no Brasil, veja-se:

Coronavírus: fabricantes de máscaras no Brasil já enfrentam falta de matéria-prima

Alguns adotam 3º turno para atender produção. Nas farmácias, há dificuldade para encontrar o produto e álcool em gel

Karen Garcia, Stephanie Tondo e Glaucê Cavalcanti

28/02/2020 - 04:30 / Atualizado em 28/02/2020 - 14:24

2

Ora! Conforme se verifica da matéria veiculada pelo site OGLOBO, em Fevereiro de 2020 as fabricantes de máscaras já sofriam com a falta de matéria-prima, de modo que a situação já estava grave.

Logo, não se pode suscitar que sucedeu culpa pela Requerente, haja vista que já no início do ano estava ocorrendo falta de matéria-prima e consequentemente falta de mascaras.

3.2 – DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO E DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NO PREÇO DE COMPRA ACORDADO

Conforme amplamente exposto, se trata de fato imprevisível e alheio à vontade da Requerente, que foi totalmente surpreendida com o aumento exponencial nos custos dos materiais e ausência de matéria prima.

² Matéria veiculada pelo site OGLOBO, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/coronavirus-fabricantes-de-mascaras-no-brasil-ja-enfrentam-falta-de-materia-prima-24276472>>



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



Celso Antônio Bandeira de Mello, de forma sucinta e clara, leciona que "[...] a ocorrência de fatos imprevisíveis, anormais, alheios à ação dos contraentes, e que tornem o contrato ruinoso para uma das partes, acarreta situação que não pode ser suportada unicamente pelo prejudicado³".

No mesmo sentido, imprescindível trazer à baila os ensinamentos do ilustre administrativista Hely Lopes Meirelles acerca da teoria da imprevisão:

"Quando sobrevêm eventos novos, extraordinários, imprevisos e imprevisíveis, onerosos, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, a parte atingida fica liberada dos encargos originários e o ajuste há que ser revisto ou rescindido, pela aplicação da teoria da imprevisão, provinda da cláusula rebus sic stantibus, nos seus desdobramentos de força maior, caso fortuito, fato príncipe, fato da administração pública e interferências imprevistas".

Basicamente o caso fortuito é entendido como um acontecimento imprevisível e independente da vontade humana, cujo efeitos não são possíveis de impedir, sendo que a força maior seria todo o acontecimento resultante, de alguma forma, da vontade humana que, embora previsível, não se pode evitar.

O requisito objetivo da força maior ou de caso fortuito se configura na inevitabilidade do acontecimento, sendo que o requisito subjetivo advém da ausência de culpa na produção do evento.

Nesse sentido, o ilustre professor Antônio José Levenhagen comentando o art. 1.058 do Código Civil de 1916, esclarece o seguinte:

"(...) a culpa é a base da responsabilidade advinda da inexecução total ou parcial das obrigações. Tal consequência, entretanto, poderá deixar de existir se o descumprimento da obrigação ocorreu por força maior de um acontecimento de tal forma poderoso e que tenha ocorrido à revelia da vontade

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 645.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



do devedor, que, por isso, lhe exclua qualquer culpa. Esse acontecimento é que, em direito, vem a ser o caso fortuito ou força maior⁴.

Conforme amplamente exposto, vem ocorrendo a ausência de matéria prima para a fabricação de máscaras, de modo que a Requerente está impossibilitada de enviar o item no valor antigo.

Tal fato está além do alcance da Requerente, de modo que não pode ser penalizada por fato imprevisível.

Nesta toada, a Lei n.º 8.666/93 admite a teoria da imprevisão em face dos contratos administrativos, diante de eventuais, imprevisíveis e supervenientes mudanças que possam ocorrer na duração da licitação, conforme dispõe o art. 57, vejamos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Com efeito, a Constituição Federal ao disciplinar sobre a SAÚDE, descreve que é direito de todos e dever do Estado, devendo garantir mediante políticas sociais e econômicas a redução do risco de doença e de outros agravos, veja-se:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

⁴ Acesso em: <<https://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/3370607>>

Imprescindível destacar foi disponibilizado⁵ um PLANO DE CONTINGÊNCIA NACIONAL para Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), e que constitui EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA de importância internacional.

Nesse sentido, é imprescindível que Órgãos, Instituições e empresas trabalhem juntos para diminuir a disseminação do coronavírus.

Em rápidas pinceladas, sabe-se que o realinhamento de preços é permitido no ordenamento jurídico brasileiro, sendo que doutrina e lei estabelecem tal possibilidade.

Não é demais destacar que o art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93, disciplina sobre há possibilidade de alteração do preço de compra acordado, senão vejamos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Posto isso, resta evidente que a Requerente não pode ser culpada, eis que se trata de situação excepcional, totalmente imprevisível, de modo que a lei autoriza a alteração dos contratos para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

⁵ Acesso em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



4 – DOS PEDIDOS

Em razão do exposto e haja vista se tratar de situação excepcional, totalmente imprevisível, requer:

- a) O RECEBIMENTO e ACOLHIMENTO da presente reconsideração, eis que tempestiva;
- b) A RECONSIDERAÇÃO da decisão que indeferiu o pleito de reequilíbrio econômico financeiro do contrato, eis que a Requerente sofrerá inequívocos prejuízos se fornecer o item sem o realinhamento do preço;
- c) Que todas as intimações sejam realizadas em nome do advogado HUGO JESUS SOARES, inscrito na OAB/PR n.º 44.977, sob pena de nulidade, com fulcro no art. 272, §§ 2º e 5º do CPC.

Por fim, salienta-se que em caso de aplicação de penalidade, a Requerente irá promover a competente ação judicial para o fim de resguardar os seus direitos, posto que inequívoca a caracterização da teoria da imprevisão.

De Curitiba/PR para Chapecó/SC, 04 de Junho de 2020.


MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA ME

Claudemir Jose dos Santos

p.p Hugo Jesus Soares – OAB/PR 44.977



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó-SC, 21 de maio de 2020.

PARECER JURÍDICO 0645/2020

CÓPIA

OBJETO: Requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro. Alteração do objeto contratado. Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME.

Prezado Diretor,

Trata-se de pleito de pedido de parecer jurídico referente à Compra Direta nº 394/2020, em que figura como parte a empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME, CNPJ nº 25.463.374/0001-74.

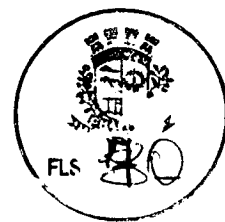
Inicie-se aclarando que a empresa foi contratada pelo Município de Chapecó, consoante Processo de Compra Direta nº 394/2020, para o fornecimento de luvas de látex, marca Talge. Referida compra foi ocasionada pela necessidade de aquisição de materiais hospitalares para profissionais da saúde do Município que se encontram trabalhando na linha de frente no combate à proliferação do Covid-19.

Não fosse outro motivo, tais itens de trabalho seriam adquiridos pelo Município através de procedimento licitatório, como é, em regra, realizado, e não mediante contratação direta.

Diante do atraso na entrega dos produtos, a Diretoria de Gestão de Compras notificou a empresa, por e-mail, acerca da situação. Em resposta, a contratada encaminhou ofício argumentando impossibilidade de entrega do



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



produto tendo em vista a inexistência de estoque. A Diretoria de Gestão de Compras emitiu o Ofício DGC nº 101/2020 requisitando a entrega **imediata** do objeto tendo em vista ser de conhecimento da pessoa jurídica a necessidade de disponibilização da manufatura.

Frise-se que desde o momento do fornecimento dos orçamentos à Municipalidade, a empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME encontrava-se ciente da situação de mercado que estava sendo vivenciada, ou seja, o aumento na demanda dos produtos por ela fornecidos.

Verifica-se da documentação encaminhada a esta pasta que, os produtos foram entregues à Secretaria de Saúde, com atraso e de forma parcelada. Ou seja, em desacordo com o compromisso firmado, qual seja, de entrega **direta, imediata, e em sua totalidade/integralidade**.

Requisitadas informações à empresa, via e-mail, acerca da entrega dos produtos, foi emitida manifestação pelo Sr. Claudemir J. Santos, Diretor Comercial, no dia 26 de março de 2020, às 09:05 horas:

Prezado Sr. Riquelmo!

A situação da SAÚDE no Brasil está bem complicada e espero que nesse momento de grande stress [sic], tenhamos compreensão por parte de todos.

Em relação a este pedido foi informado que até sexta-feira estaríamos enviando um parcial devido ao grande volume de pedidos e por termos que dosar o envio dos materiais, com a intensão [sic] de atender o maior numero de clientes possíveis.

Seu pedido, saiu parcial na data de ontem, com entrega prevista para até segunda feira dia 30/04. Cópia da nota em anexo.

Aproveitamos o momento para adiantar que a situação do Produto Luca de Procedimento está critica e logo os estoques estarão zerados. Orientamos que os usuários deste produto tenham total conciencia [sic] no uso, pois não



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



*sabemos se iremos conseguir atender a pendencia deste pedido. (grifo
nosso)*

Destaque-se que o representante da empresa, manifesta claramente que em que pese ter possibilitado a compra por parte da Administração Pública, encontra sérias dificuldades para a entrega dos produtos. Outrossim, demonstra que a intensão é "atender o maior número de clientes possíveis", de modo que está "dosando" a entrega dos materiais. Ou seja, realizando a entrega **PARCIAL** dos produtos aos clientes.

Protocolado requerimento de reconsideração pela pessoa jurídica esta alegou, primeiramente, que:

A Requerida não demonstrou nenhuma prova de que no mercado existe opção viável como alternativa, nem ao menos consultou os demais classificados no certame para estes itens, a fim de constatar a viabilidade de fornecimento, o que seria o procedimento mais correto a ser feito, transparecendo que além de desconhecimento da atual situação, deixou de realizar a verificação dos fatos.

A situação apreciada no momento é o **cumprimento da obrigação** por parte da Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME, não competindo à Administração Pública demonstrar à requerente outros meios de garantir sua produção/estoque. Além do mais, não havendo certame em contratação direta, esclareça-se que o Município, não somente consultou outras empresas como também procedeu a compras semelhantes com outros fornecedores.

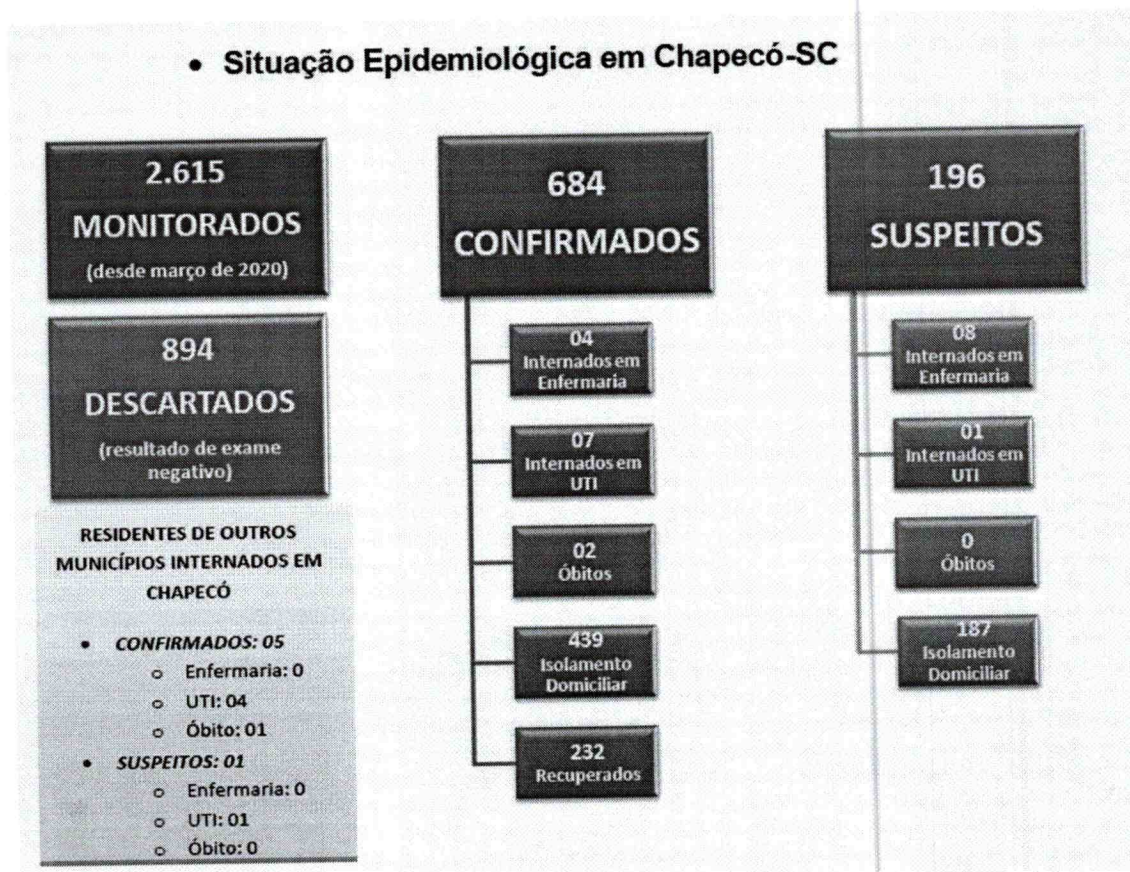
Isto porque a real necessidade dos produtos pode ser ilustrada de simples análise dos números de casos de pessoas infectadas com coronavírus em



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó, que podem ser encontrados, de forma atualizada no sítio da Prefeitura Municipal de Chapecó¹. Senão vejamos:



Referidos números encontram-se atualizados até 21 de maio de 2020, o que demonstra a **fática necessidade do Poder Público na aquisição dos produtos hospitalares empenhados à requerente.**

Postula, ainda, a requerente a troca da marca do produto para a NUGARD, uma vez que é o único importador que tem o produto disponível no mercado, no momento, e o "*realinhamento de preço*", de modo que o produto passe de R\$ 30,20 para R\$ 40,90.

¹ <https://www.chapeco.sc.gov.br/documentos/54/documentoCategoria>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Pois bem. Quanto à alteração da marca do objeto, desde que cumpridos os requisitos técnico-funcionais, não se vislumbra óbice quanto a sua modificação. Porém, deverá ser apreciado pela autoridade competente sua conveniência e oportunidade de modo que não reste prejudicado o cumprimento dos requisitos necessários para uso do item pelos profissionais da saúde.

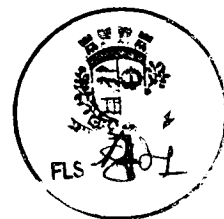
Quanto ao ajuste do valor pretendido, não se verifica razoabilidade em seu atendimento, visto que se a empresa tivesse cumprido com a obrigação, qual seja, de entrega imediata dos produtos, ainda no mês de março de 2020, os valores não teriam sofrido a alteração demonstrada, de modo que não pode, neste momento, a Administração Pública arcar com o ônus pela displicência e descumprimento de prazos ou demais atos por parte da Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME.

Além disso, resta indispensável a comprovação exaustiva do desequilíbrio, sendo de suma importância ressaltar que, em que pese o fato de o reequilíbrio econômico-financeiro visar a garantia das condições efetivas da proposta, esta não pode ser sinônimo de garantia de manutenção de lucro à contratada, conforme bem assevera o Acórdão nº 2795/2013 – Plenário - TCU, o qual expõe que:

Para caracterizar o desequilíbrio econômico-financeiro é necessária a comprovação de que os custos do contrato sofreram alteração de tal monta que se tornou inviável sua execução e, ainda, **que essa alteração decorreu de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando, assim, álea econômica extraordinária e extracontratual.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Nesse sentido, não basta apenas a apresentação de orçamentos para demonstrar o desequilíbrio contratual, isto por que "*não pode a Administração vir suportar, por, custos adicionais, ainda que demonstrados por notas fiscais apresentadas pela contratada, decorrentes da inoperância da empresa na manutenção de seus custos junto aos fornecedores*" (TC-010931/026/06).

No presente caso é límpido que o retardo na entrega dos produtos aliado ao aumento da demanda é que ocasionou a elevação dos valores, fato este que poderia ter sido, facilmente, evitado pela requerente se cumprida a obrigação ao tempo de sua admissão.

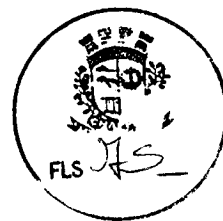
Assim, para a comprovação da necessidade de reequilíbrio, resta assente que esta deve ser comprovada de forma inequívoca e fundamentada, de modo que alegações genéricas de aumento de preços em decorrência da crise financeira ocasionada pelo coronavírus são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, é o que assevera o Tribunal de Contas de União:

O reequilíbrio econômico-financeiro de contrato deve estar lastreado em documentação que comprove, de forma inequívoca, que a alteração dos custos dos insumos do contrato tenha sido de tal ordem que inviabilize sua execução. Além disso, deve a alteração ter sido causada pela ocorrência de uma das hipóteses previstas expressamente no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993. (Acórdão 12460/2016, Segunda Câmara)

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. (Acórdão 7249/2016, Segunda Câmara)

Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de material são insuficientes para comprovar qualquer uma das hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. (Acórdão 7249/2016, Segunda Câmara)

Corroborando com tal entendimento, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, argumenta que para o restabelecimento da equação econômico-financeira “[...] *Exige-se [...] que a elevação dos encargos não derive de conduta culposa imputável ao particular. Se os encargos tornaram-se mais elevados porque o particular atuou mal, não fará jus à alteração de sua remuneração. Caracteriza-se uma modalidade de atuação culposa quando o evento causador da onerosidade era previsível e o particular não levou em conta. [...] Cabia-lhe o dever de formular proposta tomando em consideração todas as circunstâncias previsíveis. Presume-se que assim tenha atuado. Logo, sua omissão acarretou prejuízos que deverão ser por ele arcados. Rigorosamente, nesta situação inexistente rompimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação*”.

Por fim, no que se refere ao **cancelamento** da nota de empenho, pleiteada subsidiariamente pela requerente, tem-se que tal ato deve ser apurado mediante procedimento administrativo próprio a ser instaurado pela autoridade competente, e a seu critério, de modo que o que se vislumbra até aqui é o descumprimento de obrigação. Assim sendo, a fim de alterar o ato de contratação expedido pelo Município, deverá se valer do instituto competente, qual seja, o procedimento administrativo.

f



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município

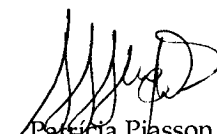


Pelas razões expostas, sugiro o indeferimento do requerimento formalizado pela contratada, quanto ao reequilíbrio financeiro da Compra Direta nº 394/2020. Ademais, quanto à alteração da marca do produto a ser fornecido, esta Procuradoria não vislumbra óbice, desde que mantidos os valores anteriormente contratados e desde que as especificações técnicas do objeto não restem prejudicadas.

Além do mais, quanto ao cancelamento da nota de empenho, sugere-se que este ocorra apenas se em decorrência de procedimento administrativo instaurado.

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação baseia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos ora analisados e a análise *supra* se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo-nos adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pelos demais órgãos da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer².


Patrícia Piasson
Consultora Jurídica
OAB/SC nº 48.058

² O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, sendo apenas a opinião técnico-jurídica emitida pelo operador do direito, que orientará o administrador na tomada da decisão, ou seja, na prática do ato administrativo que se constitui na execução ex-officio da lei na oportunidade do julgamento, porquanto, o parecer jurídico constitui-se ato opinativo que pode, ou não, ser considerado pelo administrador (MS-24584/DF).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Váiber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB N° 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **19/03/2019 10:43:15 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1200673

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **18/03/2020 15:44:18 (hora local)**.

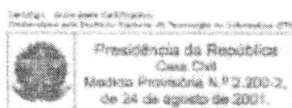
¹**Código de Autenticação Digital:** 102461803191526060713-1 a 102461803191526060713-5

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal n° 8.935/94, Lei Federal n° 10.406/2002, Medida Provisória n° 2200/2001, Lei Federal n° 13.105/2015, Lei Estadual n° 8.721/2008, Lei Estadual n° 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bfa674fa830dfe5258b562b948062cb8ee893b41f181a7743c6f4440a0ec157547c917b09f2bc64b2916c0824c7
1592345afa3ddc320895ff71755fc98b2b1af





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Ofício DGC nº 136/2020

Chapecó-SC, 02 de junho de 2020.

Ao Senhor

PATRICK LUTIANI GOMES

Representante Medefe Produtos Medico- Hospitalares LTDA
Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, CIC, Curitiba-PR
CEP 81460-140



Senhor Representante,

Em resposta a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, referente ao item luvas látex, marca talge, compra direta nº 394/2020, informamos o indeferimento do pedido, conforme o parecer jurídico.

Desse modo, *“quanto ao ajuste do valor pretendido, não se verifica razoabilidade em seu atendimento, visto que se a empresa tivesse cumprido com a obrigação, qual seja, de entrega imediata dos produtos, ainda no mês de março de 2020, os valores não teriam sofrido a alteração demonstrada, de modo que não pode, neste momento, a Administração Pública arcar com ônus pela displicência e descumprimento de prazos ou demais atos por parte da empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME”* (Parecer Jurídico nº 0645/2020 da Procuradoria Geral do Município de Chapecó).

Contudo, não há óbice quanto à alteração de marca do item, desde que preencha os requisitos previstos no edital. Desta forma, deverá a empresa encaminhar amostra ou carta técnica à Coordenadora do Almoxarifado para análise.

Sendo assim, solicitamos a entrega do produto ou o envio da carta técnica e/ou amostra para análise, no prazo de 3 (três) dias corridos.

Por fim, informamos que o não atendimento das providências ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará processo administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação da Lei nº 9.784/99, bem como a legislação correlata.

Atenciosamente,

Riquelmo Bedin Filho

Diretor de Gestão de Compras



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Ofício DGC nº 136/2020

Chapecó-SC, 02 de junho de 2020.

Ao Senhor

PATRICK LUTIANI GOMES

Representante Medefe Produtos Medico- Hospitalares LTDA
Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, CIC, Curitiba-PR
CEP 81460-140

Senhor Representante,

Em resposta a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, referente ao item luvas látex, marca talge, compra direta nº 394/2020, informamos o indeferimento do pedido, conforme o parecer jurídico.

Desse modo, *“quanto ao ajuste do valor pretendido, não se verifica razoabilidade em seu atendimento, visto que se a empresa tivesse cumprido com a obrigação, qual seja, de entrega imediata dos produtos, ainda no mês de março de 2020, os valores não teriam sofrido a alteração demonstrada, de modo que não pode, neste momento, a Administração Pública arcar com ônus pela displicência e descumprimento de prazos ou demais atos por parte da empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME”* (Parecer Jurídico nº 0645/2020 da Procuradoria Geral do Município de Chapecó).

Contudo, não há óbice quanto à alteração de marca do item, desde que preencha os requisitos previstos no edital. Desta forma, deverá a empresa encaminhar amostra ou carta técnica à Coordenadora do Almoxarifado para análise.

Sendo assim, solicitamos a entrega do produto ou o envio da carta técnica e/ou amostra para análise, no prazo de 3 (três) dias corridos.

Por fim, informamos que o não atendimento das providências ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará processo administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação da Lei nº 9.784/99, bem como a legislação correlata.

Atenciosamente,

Riquelmo Bedin Filho

Diretor de Gestão de Compras



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó-SC, 21 de maio de 2020.

PARECER JURÍDICO 0645/2020

OBJETO: Requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro. Alteração do objeto contratado. Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME.

Prezado Diretor,

Trata-se de pleito de pedido de parecer jurídico referente à Compra Direta nº 394/2020, em que figura como parte a empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME, CNPJ nº 25.463.374/0001-74.

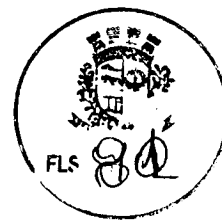
Inicie-se aclarando que a empresa foi contratada pelo Município de Chapecó, consoante Processo de Compra Direta nº 394/2020, para o fornecimento de luvas de látex, marca Talge. Referida compra foi ocasionada pela necessidade de aquisição de materiais hospitalares para profissionais da saúde do Município que se encontram trabalhando na linha de frente no combate à proliferação do Covid-19.

Não fosse outro motivo, tais itens de trabalho seriam adquiridos pelo Município através de procedimento licitatório, como é, em regra, realizado, e não mediante contratação direta.

Diante do atraso na entrega dos produtos, a Diretoria de Gestão de Compras notificou a empresa, por e-mail, acerca da situação. Em resposta, a contratada encaminhou ofício argumentando impossibilidade de entrega do



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



produto tendo em vista a inexistência de estoque. A Diretoria de Gestão de Compras emitiu o Ofício DGC nº 101/2020 requisitando a entrega **imediata** do objeto tendo em vista ser de conhecimento da pessoa jurídica a necessidade de disponibilização da manufatura.

Frise-se que desde o momento do fornecimento dos orçamentos à Municipalidade, a empresa Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME encontrava-se ciente da situação de mercado que estava sendo vivenciada, ou seja, o aumento na demanda dos produtos por ela fornecidos.

Verifica-se da documentação encaminhada a esta pasta que, os produtos foram entregues à Secretaria de Saúde, com atraso e de forma parcelada. Ou seja, em desacordo com o compromisso firmado, qual seja, de entrega **direta, imediata, e em sua totalidade/integralidade**.

Requisitadas informações à empresa, via e-mail, acerca da entrega dos produtos, foi emitida manifestação pelo Sr. Claudemir J. Santos, Diretor Comercial, no dia 26 de março de 2020, às 09:05 horas:

Prezado Sr. Riquelmo!

A situação da SAÚDE no Brasil está bem complicada e espero que nesse momento de grande stress {sic}, tenhamos compreensão por parte de todos.

Em relação a este pedido foi informado que até sexta-feira estaríamos enviando um parcial devido ao grande volume de pedidos e por termos que dosar o envio dos materiais, com a intensão {sic} de atender o maior numero de clientes possíveis.

Seu pedido, saiu parcial na data de ontem, com entrega prevista para até segunda feira dia 30/04. Cópia da nota em anexo.

*Aproveitamos o momento para **adiantar** que a situação do Produto Luca de Procedimento está critica e logo os estoques estarão zerados. Orientamos que os usuários deste produto tenham total consciencia {sic} no uso, pois não*



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



sabemos se iremos conseguir atender a pendencia deste pedido. (grifo nosso)

Destaque-se que o representante da empresa, manifesta claramente que em que pese ter possibilitado a compra por parte da Administração Pública, encontra sérias dificuldades para a entrega dos produtos. Outrossim, demonstra que a intensão é *"atender o maior número de clientes possíveis"*, de modo que está *"dosando"* a entrega dos materiais. Ou seja, realizando a entrega **PARCIAL** dos produtos aos clientes.

Protocolado requerimento de reconsideração pela pessoa jurídica esta alegou, primeiramente, que:

A Requerida não demonstrou nenhuma prova de que no mercado existe opção viável como alternativa, nem ao menos consultou os demais classificados no certame para estes itens, a fim de constatar a viabilidade de fornecimento, o que seria o procedimento mais correto a ser feito, transparecendo que além de desconhecimento da atual situação, deixou de realizar a verificação dos fatos.

A situação apreciada no momento é o **cumprimento da obrigação** por parte da Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME, não competindo à Administração Pública demonstrar à requerente outros meios de garantir sua produção/estoque. Além do mais, não havendo certame em contratação direta, esclareça-se que o Município, não somente consultou outras empresas como também procedeu a compras semelhantes com outros fornecedores.

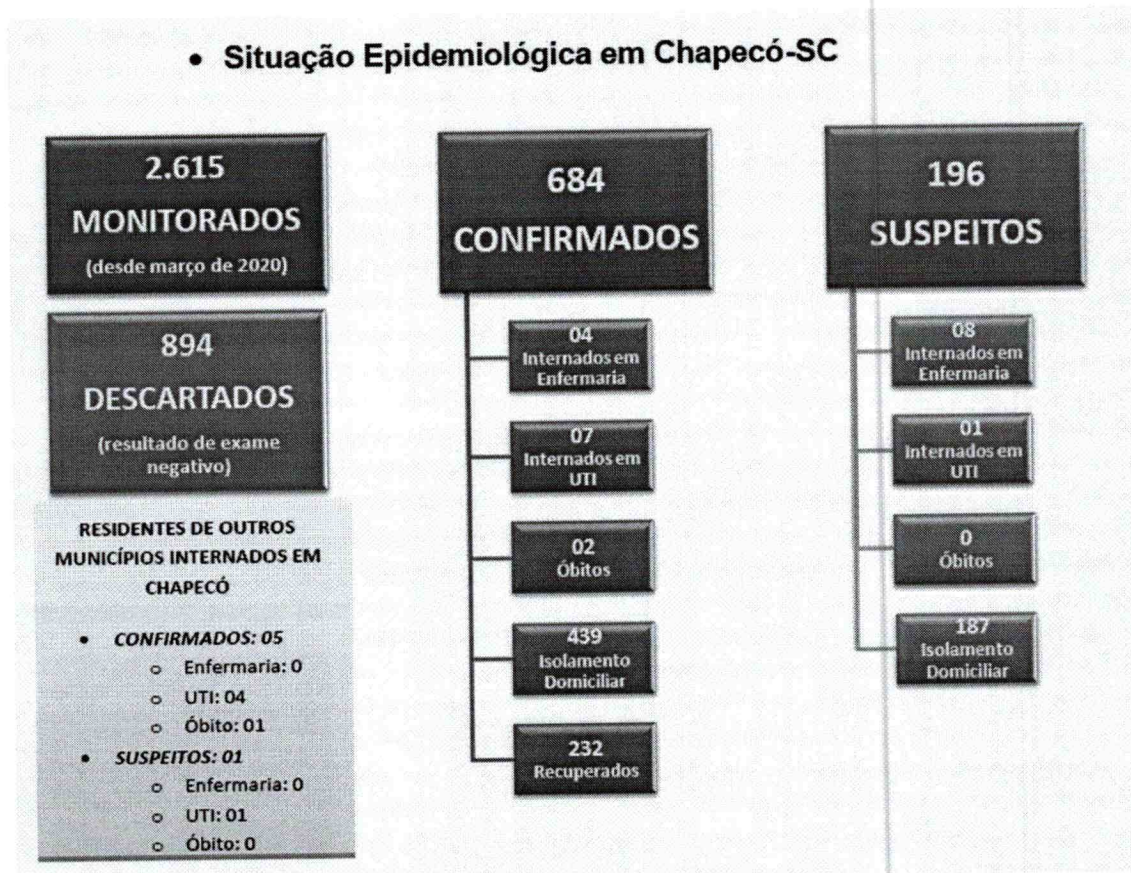
Isto porque a real necessidade dos produtos pode ser ilustrada de simples análise dos números de casos de pessoas infectadas com coronavírus em



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó, que podem ser encontrados, de forma atualizada no sítio da Prefeitura Municipal de Chapecó¹. Senão vejamos:



Referidos números encontram-se atualizados até 21 de maio de 2020, o que demonstra a **fática necessidade do Poder Público na aquisição dos produtos hospitalares empenhados à requerente.**

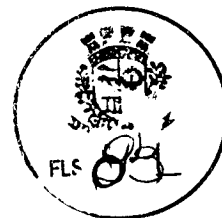
Postula, ainda, a requerente a troca da marca do produto para a NUGARD, uma vez que é o único importador que tem o produto disponível no mercado, no momento, e o "*realinhamento de preço*", de modo que o produto passe de R\$ 30,20 para R\$ 40,90.

¹ <https://www.chapeco.sc.gov.br/documentos/54/documentoCategoria>

Handwritten signature



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Pois bem. Quanto à alteração da marca do objeto, desde que cumpridos os requisitos técnico-funcionais, não se vislumbra óbice quanto a sua modificação. Porém, deverá ser apreciado pela autoridade competente sua conveniência e oportunidade de modo que não reste prejudicado o cumprimento dos requisitos necessários para uso do item pelos profissionais da saúde.

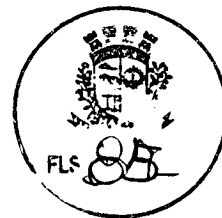
Quanto ao ajuste do valor pretendido, não se verifica razoabilidade em seu atendimento, visto que se a empresa tivesse cumprido com a obrigação, qual seja, de entrega imediata dos produtos, ainda no mês de março de 2020, os valores não teriam sofrido a alteração demonstrada, de modo que não pode, neste momento, a Administração Pública arcar com o ônus pela displicência e descumprimento de prazos ou demais atos por parte da Medefe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME.

Além disso, resta indispensável a comprovação exaustiva do desequilíbrio, sendo de suma importância ressaltar que, em que pese o fato de o reequilíbrio econômico-financeiro visar a garantia das condições efetivas da proposta, esta não pode ser sinônimo de garantia de manutenção de lucro à contratada, conforme bem assevera o Acórdão nº 2795/2013 – Plenário - TCU, o qual expõe que:

Para caracterizar o desequilíbrio econômico-financeiro é necessária a comprovação de que os custos do contrato sofreram alteração de tal monta que se tornou inviável sua execução e, ainda, **que essa alteração decorreu de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado**, ou, ainda, de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando, assim, álea econômica extraordinária e extracontratual.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Nesse sentido, não basta apenas a apresentação de orçamentos para demonstrar o desequilíbrio contratual, isto por que "*não pode a Administração vir suportar, por, custos adicionais, ainda que demonstrados por notas fiscais apresentadas pela contratada, decorrentes da inoperância da empresa na manutenção de seus custos junto aos fornecedores*" (TC-010931/026/06).

No presente caso é límpido que o retardo na entrega dos produtos aliado ao aumento da demanda é que ocasionou a elevação dos valores, fato este que poderia ter sido, facilmente, evitado pela requerente se cumprida a obrigação ao tempo de sua admissão.

Assim, para a comprovação da necessidade de reequilíbrio, resta assente que esta deve ser comprovada de forma inequívoca e fundamentada, de modo que alegações genéricas de aumento de preços em decorrência da crise financeira ocasionada pelo coronavírus são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, é o que assevera o Tribunal de Contas de União:

O reequilíbrio econômico-financeiro de contrato deve estar lastreado em documentação que comprove, de forma inequívoca, que a alteração dos custos dos insumos do contrato tenha sido de tal ordem que inviabilize sua execução. Além disso, deve a alteração ter sido causada pela ocorrência de uma das hipóteses previstas expressamente no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993. (Acórdão 12460/2016, Segunda Câmara)

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. (Acórdão 7249/2016, Segunda Câmara)

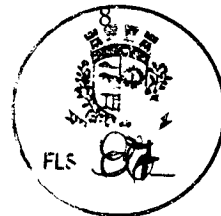
Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de material são insuficientes para comprovar qualquer uma das hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. (Acórdão 7249/2016, Segunda Câmara)

Corroborando com tal entendimento, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, argumenta que para o restabelecimento da equação econômico-financeira "[...] Exige-se [...] que a elevação dos encargos não derive de conduta culposa imputável ao particular. Se os encargos tornaram-se mais elevados porque o particular atuou mal, não fará jus à alteração de sua remuneração. Caracteriza-se uma modalidade de atuação culposa quando o evento causador da onerosidade era previsível e o particular não levou em conta. [...] Cobia-lhe o dever de formular proposta tomando em consideração todas as circunstâncias previsíveis. Presume-se que assim tenha atuado. Logo, sua omissão acarretou prejuízos que deverão ser por ele arcados. Rigorosamente, nesta situação inexistente rompimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação".

Por fim, no que se refere ao cancelamento da nota de empenho, pleiteada subsidiariamente pela requerente, tem-se que tal ato deve ser apurado mediante procedimento administrativo próprio a ser instaurado pela autoridade competente, e a seu critério, de modo que o que se vislumbra até aqui é o descumprimento de obrigação. Assim sendo, a fim de alterar o ato de contratação expedido pelo Município, deverá se valer do instituto competente, qual seja, o procedimento administrativo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município

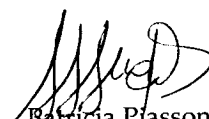


Pelas razões expostas, sugiro o indeferimento do requerimento formalizado pela contratada, quanto ao reequilíbrio financeiro da Compra Direta nº 394/2020. Ademais, quanto à alteração da marca do produto a ser fornecido, esta Procuradoria não vislumbra óbice, desde que mantidos os valores anteriormente contratados e desde que as especificações técnicas do objeto não restem prejudicadas.

Além do mais, quanto ao cancelamento da nota de empenho, sugere-se que este ocorra apenas se em decorrência de procedimento administrativo instaurado.

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação baseia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos ora analisados e a análise *supra* se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo-nos adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pelos demais órgãos da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

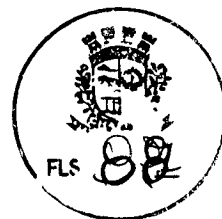
É o parecer².


Patrícia Piasson
Consultora Jurídica
OAB/SC nº 48.058

² O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, sendo apenas a opinião técnico-jurídica emitida pelo operador do direito, que orientará o administrador na tomada da decisão, ou seja, na prática do ato administrativo que se constitui na execução ex-officio da lei na oportunidade do julgamento, porquanto, o parecer jurídico constitui-se ato opinativo que pode, ou não, ser considerado pelo administrador (MS-24584/DF).

ZS

Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DE GESTÃO DE COMPRAS RIQUELMO BEDIN
FILHO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ – ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Ref.: Ofício DGC n.º 101/2020.

MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 25.463.374/0001-74, endereço eletrônico <medefe@medicalprodutos.com.br>, com endereço na Rua Gouber Pinto Dionísio, n.º 55, Bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP: 81.460-140, neste ato representada por seu procurador CLAUDEMIR JOSE DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 5885749-1 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 841.542.099-49, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

RECONSIDERAÇÃO

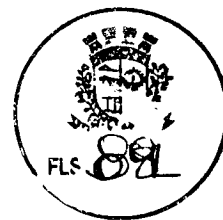
À decisão proferida que indeferiu o pedido o cancelamento do item “Luva de Procedimento Látex – Marca Talge” e para todo o processo de compra direta n.º 394/2020, pugnando, desde já, pela reforma da decisão administrativa, consoante às razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1 – BREVE ESCORÇO FÁTICO

Prima facie, é de conhecimento da Requerida que a Requerente apresentou requerimento de cancelamento do saldo referente ao item: “LUVA PROCEDIMENTO DE LATEX/MARCA TALGE” – constante no Empenho n.º 1704, e para todo o processo de compra direta n.º 394/2020.



Zuidowicz & Soares
Advogados Associados



Com efeito, em e-mail a Requerente já havia demonstrado a impossibilidade de cumprir com a solicitação, **haja vista o aumento significado no valor e a falta do produto no mercado**, de modo que estava inviabilizando a entrega.

A Requerente devidamente fundamentou que em virtude da PANDEMIA do COVID-19, os fabricantes não dispõem do produto em estoque, estando sem insumos até mesmo para a fabricação de mais peças, de modo que fosse possível atender a alta demanda em todo o país, haja vista os esforços para contenção e tratamento dos pacientes diagnosticados com CORONAVIRUS.

Contudo, embora demonstrada e comprovada à situação, o pedido restou indeferido, conforme se constata do Ofício DGC n.º 101/2020, que expressa a seguinte decisão:

Tendo em vista o requerimento de cancelamento do item luva de procedimento em látex – marca talge constante no empenho 1707 e para todo o processo de compra direta nº 394/2020, informamos o indeferimento do pedido. Vejamos.

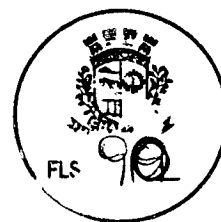
A alegação de que o fato se trata de caso fortuito ou força maior devido à epidemia do cononavírus, não é cabível no caso em questão, pois a situação já era de conhecimento da empresa quando orçou o produto para esta Administração, de modo que não pode ser adotada como escusa legítima para o não cumprimento da obrigação. Ressalta-se que a aquisição do material foi para entrega imediata, sendo também de conhecimento da empresa desde o momento do orçamento, conforme os e-mails trocados.

Além disso, a aceitação do requerimento importaria na necessidade de nova compra direta, gerando custos à Administração e com o risco de ocasionar a falta do insumo na rede básica de saúde municipal.

Sendo assim, solicitamos que Vossa Senhoria realize a entrega do material **imediatamente** após o recebimento deste expediente. Informamos que a não regularização da entrega no prazo fixado, ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 9.784/99, bem como a legislação correlata.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



2 – DA NECESSIDADE DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO

A alegação de que o caso fortuito ou força maior não é cabível no caso em tela é completamente insustentável, pois em que pese ser de conhecimento a PANDEMIA do COVID-19, as empresas fornecedoras estão impossibilitadas de fabricar os referidos itens, haja vista a falta de matéria, além de que nos casos daquelas que dispõem do produto, cobram valores exorbitantes, o que inviabiliza o atendimento da solicitação e a manutenção do preço estabelecido entre as partes.

É sabido que o mercado de produtos para saúde está em colapso de matéria-prima, sendo dever da Administração Pública estar ciente do cenário atual, vez que responsável pela manutenção de hospitais e pelos prejuízos que sua omissão pode trazer com a falta de abastecimento de tais produtos. Nesse momento se espera agilidade, profissionalismo, conhecimento e compreensão de todos os envolvidos.

Além disso, a Requerida não demonstrou nenhuma prova de que no mercado existe opção viável como alternativa, nem ao menos consultou os demais classificados no certame para estes itens, a fim de constatar a viabilidade de fornecimento, o que seria o procedimento mais correto a ser feito, transparecendo que além de desconhecimento da atual situação, deixou de realizar a verificação dos fatos.

Assim, salta aos olhos a postura adotada pela administração pública, que parece estar alheia ao cenário mundial e aos problemas enfrentados por todos, ressalta-se ainda, que os itens aqui discutidos, são de extrema importância, vez que servem para a segurança básica dos profissionais que atuam na linha de frente do combate a COVID-19.

Imperioso frisar que a PANDEMIA, é um fato totalmente imprevisível e alheio à vontade da Requerente, que foi totalmente surpreendida com o aumento exponencial nos custos dos produtos.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



Celso Antônio Bandeira de Mello, de forma sucinta e clara, leciona que "[...] a ocorrência de fatos imprevisíveis, anormais, alheios à ação dos contraentes, e que tornem o contrato ruinoso para uma das partes, acarreta situação que não pode ser suportada unicamente pelo prejudicado¹".

Com efeito, a Requerente junta em anexo à carta em que a fabricante informa a falta do produto por razões alheias à sua própria vontade, em razão da PANDEMIA, inclusive expondo que não tem previsão para recompor o estoque.

Prejudicada e atrasada à importação do material pela fabricante, haja vista de que a China, maior fornecedora do material, de onde teve início à pandemia, teve que suspender as atividades econômicas, com o intuito de estancar a disseminação do vírus, atrasando o envio de mercadorias.

Cumpre ainda esclarecer que, a Requerente tem se esforçado ao máximo para cumprir com todas as solicitações, no entanto, não tem encontrado medidas auxiliares, eis que tem sucedido a falta inequívoca dos itens no mercado, além do aumento substancial nos preços.

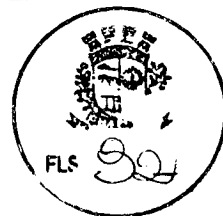
Ora, conforme foi amplamente discutido, a atual situação está totalmente fora do controle da Requerente, que apenas cumpriu com o seu dever perante a administração pública, demonstrando os valores elevados e requerendo o cancelamento, o que é justo e de direito.

A Requerente é uma empresa privada, que vem sentindo diariamente os impactos da pandemia, necessitando da lucratividade para manter suas atividades comerciais e honrar com suas obrigações, como pagamento de fornecedores e funcionários, e deste modo, é totalmente inaceitável que a Requerida considere como justo que a Requerente arque sozinha com tais prejuízos narrados.

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 645.



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



3 – DA NOVA PROPOSTA – TROCA DE MARCA E REALINHAMENTO DE PREÇO

Atualizando a nova situação de preços e disponibilidade de produto, neste momento requer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, onde deverá ser contemplado a troca de marca do produto e novos valores para que seja possível entregar o saldo do material solicitado.

Durante os últimos dias houve nova atualização do mercado, de modo que mantendo a boa-fé e a busca pelo melhor preço, solicita-se a troca de marca condicionada ao reequilíbrio de preço do produto para NUGARD, **haja vista se tratar do único importador que tem o produto disponível no mercado neste momento.**

Ressalta-se que não há outro fabricante nacional com disponibilidade do produto, conforme constatamos de nova varredura realizada no mercado, sendo esta, comprovadamente a melhor opção para o momento.

Conforme cópia da nota fiscal em anexo, o custo do produto atual é de R\$ 30,20 (trinta reais e vinte centavos), assim apresenta-se o valor de R\$ 40,90 (quarenta reais e noventa centavos), com margem de lucratividade de 35,44% (trinta e cinco vírgula quarenta e quatro por cento).

Nesta toada, imprescindível destacar que o pedido de realinhamento de preço é totalmente justo e de direito, conforme disciplina o art. 65, inciso II, alínea D da Lei n.º 8.666/95, *in verbis*:

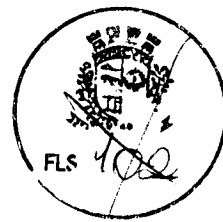
Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis,



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



Nesse mesmo sentido, expressa o § 6º do referido artigo, veja-se:

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Em virtude destas considerações, requer seja acolhida a substituição da marca para a NUGARD, bem como o realinhamento nos valores dos itens, para que passem a ser de R\$ 40,90 (quarenta reais e noventa centavos), como medida menos gravosa à Administração e apta a viabilizar o cumprimento do contrato, sobretudo nesse período de pandemia.

3.1 – SUBSIDIARIAMENTE: CANCELAMENTO DA NOTA DE EMPENHO

Ainda, forçoso reconhecer que é imprescindível que toda decisão administrativa seja pautada pelos **princípios da proporcionalidade e razoabilidade**, devendo sempre agir com parcimônia, conforme prevê o art. 2º, *caput* e inciso VI da Lei 6.784/99.

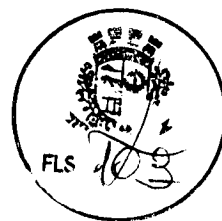
Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

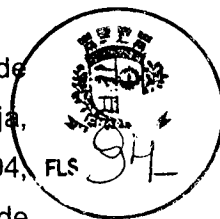
VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



Deste modo, caso a Requerida entenda pela impossibilidade de deferir a substituição de marca e arcar com os novos valores cotados, requer desde já, o cancelamento dos referidos itens, e para todo o processo de compra direta de n.º 394, **mas sem a imputação de qualquer ônus ou penalidade a Requerente**, haja vista de que inclusive foi proposta solução paliativa, consistente na substituição de marca e realinhamento de preços.



Ressalta-se que obrigar a Requerente a fornecer os produtos pelo preço anteriormente acordado, é totalmente arbitrário e ilegal, podendo causar prejuízos inenarráveis a esta, que já sofre com os efeitos da recessão econômica.

Por fim, salienta-se que em caso de aplicação de penalidades a Requerente, serão tomadas as medidas judiciais cabíveis, uma vez que esta não deu causa a inexecução da nota empenho, haja vista se tratar de situação excepcional e imprevisível.

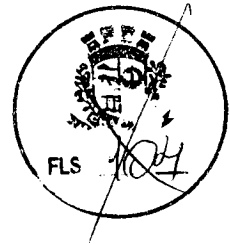
4 – DOS REQUERIMENTOS

Em razão do exposto e haja vista se tratar de situação excepcional, totalmente imprevisível, requer:

- a) A RECONSIDERAÇÃO da decisão proferida, para o fim de acolher a substituição da marca para a NUGARD, bem como o realinhamento dos valores referente ao item “LUVA EM PROCEDIMENTO DE LATEX”, e para todo o processo de compra direta de n.º 394/2020, para que passem a ser de R\$ 40,90 (quarenta reais e noventa centavos);
- b) Subsidiariamente, caso a Requerida entenda pela impossibilidade de arcar com os novos valores cotados, o cancelamento do saldo referente ao item “LUVA EM



Zaidowicz & Soares
Advogados Associados



PROCEDIMENTO DE LATEX", constante do Empenho n.º
1704, e para todo o processo de compra direta de n.º
394/2020;

- c) Por fim, que todas as intimações sejam realizadas em nome do advogado HUGO JESUS SOARES, inscrito na OAB/PR n.º 44.977, sob pena de nulidade, com fulcro no art. 272, §§ 2º e 5º do CPC.

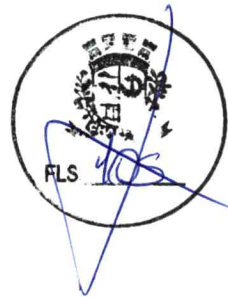
De Curitiba/PR para Chapecó/SC, 29 de Abril de 2020.

MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME

p.p Hugo Jesus Soares – OAB/PR 44.977



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



ANÁLISE A PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Vinculação: Dispensa de Licitação nº 33/2020 – FMS, empenho nº 1.707/2020 – FMS

A empresa MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA pede reconsideração em pedido de liberação de compromisso. O pedido é relativo a entrega de luvas de procedimento tamanhos P, M e G, objeto da Dispensa de Licitação nº 33/2020 e empenho nº 1.707/2020.

Fundamenta seu pedido na ocorrência de fato superveniente que impede o cumprimento da avença (art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93), já que o estado de pandemia (COVID-19) afetou drasticamente o fornecimento de insumos de natureza médico-hospitalar.

A Dispensa referida aconteceu no início do ano de 2020 e os insumos eram destinados ao enfrentamento da pandemia. Daquele momento para cá, novos procedimentos de compras foram deflagrados, sendo o Almoxarifado da Secretaria encontra-se, atualmente, abastecido.

A insistência pela entrega que, inclusive, foi o motivo para a negação do pedido de desistência da proposta, era o receio de não haver produtos disponíveis para os profissionais de saúde, situação não vislumbrada atualmente, já que, como dito, o Almoxarifado possui estoque.

Além do mais, o preço encontra-se defasado quando comparado com o momento atual, o que significaria, para cumprimento da entrega, a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, a luz do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

Pelos fatos e fundamentos acima e, reconhecendo o direito de petição e a possibilidade da reconsideração (art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93), somos favoráveis a liberação da empresa do fornecimento.

Chapecó – SC, 16 de dezembro de 2020.

Riquelmo Bedin Filho
Presidente da CPL



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Ofício DGC nº 290/2020

Chapecó-SC, 17 de dezembro de 2020.

Ao Senhor

PATRICK LUTIANI GOMES

Representante Medefe Produtos Medico- Hospitalares LTDA

Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, CIC, Curitiba-PR

CEP 81460-140



Senhor Representante,

Tendo em vista o pedido de reconsideração, a respeito de liberação da entrega de luvas de procedimento de tamanhos P, M e G, objeto da dispensa de licitação nº 33/2020 e empenho 1.707/2020, bem como por não haver possibilidades de prejuízo, informamos o deferimento do pedido.

Riquelmo Bedin Filho

Diretor de Gestão de Compras